

RELATÓRIO ANUAL MOC 2015

Participação Cidadã e Construção do Sertão Justo





RELATORIO GERAL DO MOC

2015

I - INTRODUÇÃO

Apresentamos a seguir o relatório anual do MOC referente ao ano de 2015.

Seguindo nossa estratégia de ação, este relatório é apresentado por programas, de sorte a que se possa visualizar melhor as ações previstas e realizadas, assim como seus impactos.

Como sempre este relatório é uma homenagem aos agricultores/as que fazem acontecer em suas propriedades a agroecologia e a convivência com o Semiárido, aos professores/as que remando contra a maré se empenham e constroem em suas escolas a educação contextualizada e de convivência com o Semiárido; às crianças e adolescentes que protagonizam processos belos de pesquisas e propõem mudanças nas comunidades acerca dos seus direitos; às mulheres que lutam contra a violência institucionalizada que a sociedade lhes impõe; aos grupos os mais variados que buscam agregar valor aos seus produtos e colocá-los no mercado, quer seja ele local, institucional e outros que fomentam uma economia justa e solidária; aos agentes e sujeitos de comunicação que teimam em resistir à comunicação que ignora os processos positivos e de construção de uma sociedade justa, às reações à imagem da mulher como objeto e a buscar mostrar o Semiárido como um lugar bonito, agradável e de qualidade para ser viver.

Aqui também há uma presença marcante e significativa de nossos diretores, técnicos e técnicas.

Acreditem, vocês que se inseriram e participaram neste caminhar, que sem vocês não seria possível o que foi construído de mudança social.

Neste relatório deste ano escolhemos para refletir o tema **Participação Cidadã e Construção do Sertão Justo**.

Por isso, vamos encontrar todos os relatos de programas perpassados por esta temática.

Desejamos boa leitura a todos e todas e receberemos com alegria e abertura críticas e sugestões.

II - RELATO DOS PROGRAMAS

1. PROGRAMA DE GENERO (PGEN)



1.1. Introdução

O presente texto pretende descrever a caminhada do Programa de Gênero, no ano de 2015, destacando o desenvolvimento das atividades, estratégias utilizadas e os resultados das ações realizadas. Para isso, torna-se necessário compreender os eixos estratégicos, seus objetivos e as relações estabelecidas com as organizações de mulheres e mistas da região Semiárida da Bahia, além dos programas temáticos da instituição, com estratégias articuladas para garantir a integralidade na execução das ações.

1.2. Desenvolvimento

As desigualdades nas relações de gênero e violação dos direitos das mulheres e meninas nos conclamam a construir uma sociedade pautada pela justiça e equidade, onde o empoderamento desses sujeitos seja premissa básica das ações. Por isso, o Programa de Gênero do MOC tem buscado contribuir para a garantia dos direitos das mulheres a partir do seguinte objetivo estratégico: **Mulheres nas áreas rurais e Peri urbanas empoderadas sociopolítica, econômica e culturalmente avançam com suas famílias, comunidades e organizações na construção de relações justas e solidárias na perspectiva da promoção da igualdade e equidade de gênero através de ações integradas e transversalizadas institucionalmente.** Entendendo que essa é uma tarefa de toda sociedade e não uma causa isolada daquelas alijadas dos seus direitos, este é também um compromisso do MOC com a luta histórica das organizações de mulheres da região Semiárida da Bahia, nos territórios do Sisal, Bacia do Jacuípe e Portal do Sertão. Nessa perspectiva, pautamos nossas ações, em 2015, a partir dos três eixos estratégicos e seus respectivos objetivos específicos, a saber:



- **Transversalidade de Gênero**– objetiva desenvolver com os programas e projetos do MOC ações estratégicas na dimensão de gênero, com vistas à promoção da igualdade entre mulheres e homens no Semiárido baiano;
- **Enfrentamento à Violência contra as mulheres rurais e Peri urbanas**
– objetiva promover formação e informação articulada com homens e mulheres para o acesso aos mecanismos de prevenção e enfrentamento à violência doméstica, familiar e institucional contra as mulheres;
- **Assessoria sociopolítica às organizações de mulheres** – Na perspectiva de potencializar as organizações de mulheres mediante assessoria e qualificação política para maior incidência nos espaços de definição, acesso e controle social das políticas públicas, visando a garantia dos seus direitos;

1.3. Desenhando estratégias, percorrendo caminhos...

O ano de 2015 para muitos cidadãos e cidadãs, do campo e da cidade, foi de muitos desafios, no que se refere à luta pela construção de políticas públicas e da manutenção dos direitos garantidos, dadas as ameaças sofridas com as mudanças na política de governo, liderada pelo conservadorismo político. A garantia dos direitos humanos das mulheres exigiu, assim, estratégias ousadas e articulação política para o enfrentamento das desigualdades de gênero estabelecidas socialmente pela subalternização das relações entre homens e mulheres.

Diante desse contexto, foram definidas ações estratégicas que perpassaram pelos três eixos;

- a) **No campo da Transversalidade de Gênero**, foram adotadas estratégias de desenvolver ações com a temática de gênero nos diversos programas e projetos do MOC, entendendo que essa é uma premissa para superação das desigualdades, envolvendo diversos sujeitos: homens, jovens educadoras/es, comunicadores/as, famílias de modo geral. Para isso as equipes buscaram incorporar a dimensão de gênero nas suas ações em vários campos: agroecologia e agricultura familiar; educação não sexista e não discriminatória; comunicação, mulher e mídia. Além disso, a participação inicial dos programas na elaboração da política de gênero do MOC já apresenta elementos importantes refletidos também pelos programas e que serão avaliados para incorporação no documento da política.
- b) **Enfrentamento à violência contra as mulheres rurais e Peri urbanas**: este é um campo desafiante no qual as mulheres começam a romper o silêncio e desnaturalizar as práticas machistas secularmente aceitas na sociedade. Os avanços com a Lei Maria da Penha se materializam nas organizações de mulheres e mistas, ao incorporar ações de enfrentamento a violência e pautar políticas estruturantes capazes de romper com o ciclo da violência de gênero. Para isso adotamos como estratégias de ação, campanhas de enfrentamento a violência contra as

mulheres, cujo tema do ano de 2015 foi “**Quebre o silêncio, sua atitude salva vidas**”; formação política com elaboração de propostas a serem incorporadas nos planos municipais, territorial e estadual de políticas para mulheres e o envolvimento dos homens nas formações e comunicadores/as comunitários, entendendo que os meios de comunicação tem um papel importante na divulgação da Lei e ações de enfrentamento, além de torna-los multiplicadores de uma cultura de paz.

- c) Assessoria sociopolítica às organizações de mulheres:** o fortalecimento da autonomia das mulheres requer um processo contínuo de formação sociopolítica para ampliar a incidência delas nos espaços de construção e controle social das políticas públicas que atendam suas demandas. Outro fator importante é a estruturação e fortalecimento das auto-organizações de mulheres e mistas (MMTR, Sec. De Mulheres do Sindicato, Associações, Cooperativas) enquanto um espaço de representação política e resistência às desigualdades de gênero. Para isso, definimos as seguintes estratégias: formação e qualificação política das jovens e demais lideranças; mobilização para realização e participação em conferências diversas, especialmente as de políticas para as mulheres; Articulação política com outras organizações feministas e de mulheres, de modo que se busque uma atuação em rede para ampliação do acesso das mulheres às políticas públicas.

Vale ressaltar que, uma estratégia sempre adotada é **a incidência política do programa de Gênero** em espaços fundamentais onde se discuta, elabore e interfira diretamente nas políticas para as mulheres sejam eles municipais, territorial, estadual e nacional, entendendo ser esse um caminho viável e necessário para a construção de uma sociedade mais equitativa.

1.4 . Atividades realizadas e resultados alcançados...

Para o alcance dos objetivos pretendidos, além das estratégias estabelecidas, foram também realizadas atividades diversas, algumas delas em parceria com outros programas e organizações dando a dimensão mais integral e integrada das ações focada nos três eixos estratégicos, a seguir:

1.4.1. Transversalidade de Gênero - foram realizados dias de estudo com os programas (PECONT, PECOM, PFEES, PAPA) sobre elaboração de estratégias para incorporação de gênero nas suas ações, bem como, buscar a colaboração para elaboração da política institucional de gênero;

Resultados alcançados:

- 15 Ações com a temática de Gênero incorporada e implementada pelos Programas e em Projetos do MOC contribuem para a equidade de gênero, com famílias, jovens, produtoras, comunicadores/as;
- Política de gênero em fase de elaboração com participação dos programas. As definições avançam gradativamente na organização,

desde a elaboração dos seus projetos, na seleção de pessoal, na produção de material didático e de divulgação;

- Mulheres produtoras/agricultoras com conhecimentos ampliados sobre seus direitos, inclusive ao acesso às políticas de convivência com o semiárido (água, sementes, produção agroecológica, Assistência técnica e extensão rural, comercialização) e participação social e gestão de empreendimentos nos espaços locais, municipais;

1.4.2. Enfrentamento à violência contra as mulheres – atividades formativas envolvendo homens (oficinas, rodas de conversa, reuniões); Campanhas sobre prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres com produção de material informativo, inclusive nas rádios, audiência pública, caminhadas e atos públicos pelo fim da violência de gênero;



Resultados alcançados:

- 420 Mulheres participam de rodas de conversa sobre Lei Maria da Penha e ampliam seus conhecimentos sobre o direito a uma vida sem violência;
- 01 campanha de enfrentamento a violência contra as mulheres realizada em 07 Municípios com ações desenvolvidas, envolvendo e sensibilizando 65 homes;

- Envolvimento de profissionais dos CRAS/CREAS (assistente social, advogadas, psicólogas) em 05 municípios desenvolvendo ações de sensibilização com as comunidades, integrando a campanha;
- 35 Lideranças qualificadas sociopoliticamente, multiplicam conhecimentos sobre a violência contra as mulheres;

1.4.3. Assessoria sociopolítica às organizações de mulheres - nesse campo foram realizadas formação política em gênero, raça e políticas públicas; visitas às organizações de mulheres; reuniões para planejamento e monitoramento das ações previstas; audiências públicas sobre políticas públicas para as mulheres. Podemos destacar também a dedicação na elaboração de projetos (03) para garantir a sustentabilidade e implementação das ações previstas nos planos, além do apoio para a participação em espaços estratégicos que garantam os direitos das mulheres;



Resultados alcançados:

- 15 Conferências municipais de Políticas para as mulheres mobilizadas e realizadas e 02 Conferências territoriais realizadas com o apoio do MOC - Territórios do Sisal e Portal do Sertão;
- 01 Projeto pré aprovado pela Brasil Foundation para apoiar as ações de formação política do MMTR Regional com vistas ao fortalecimento político institucional;
- 85 Lideranças intervindo em espaços estratégicos e eventos de debate e construção de políticas públicas (Comissão de água, CODES, Conselhos municipais das mulheres, Cooperativas de crédito e produção, Associações, II ENA, GT de Gênero da ANA, Marcha Mundial de Mulheres);

- 01 Caravana com 45 mulheres participam da Marcha das Margaridas 2015, articuladas com outras organizações em nível nacional e territorial, apresentando propostas que garantam os direitos das mulheres;



Outros resultados inerentes à incidência política do programa de Gênero:

- Reeleição do MOC no Conselho Estadual de Defesa dos Direitos das Mulheres;
- Ampliação da participação na Rede ATER Feminista e Agroecologia em parceria com a Universidade Rural Federam de Pernambuco- UFRPE e MDA, o que resultará na sistematização de experiência de ATER para mulheres do MOC, além da participação na campanha sobre a divisão justa do trabalho doméstico e do cuidado;
- Participação no GT de Gênero da Articulação Nacional de Agroecologia- ANA;
- Participação ativa no Fórum de Enfrentamento a Violência contra Mulheres do Campo e da Floresta, influenciando para ações com as unidades móveis nos territórios de atuação do MOC;

1.5. Considerações Finais - Desafios e Perspectivas na caminhada

A garantia dos direitos das mulheres continua sendo um grande desafio, visto que ainda não é colocada como prioridade nas agendas dos governos,

principalmente os municipais. Este fato foi reafirmado nos processos de organização e realização das conferências de políticas para as mulheres (municipais, territorial e estadual) em que não foram criados esforços suficientes para garantir a plena participação das mulheres, especialmente as rurais. Elas participaram, mas foram outros as fontes de apoio e não os municípios. Paralelo a isso, o ano de 2015 foi desafiador do ponto de vista político, econômico e cultural o que, direta e indiretamente, respingou na vida das mulheres ameaçando seus direitos. As agendas foram repensadas para manter firme nosso espírito de resistência ao patriarcado e às práticas machistas e conservadoras.

Olhando ainda do ponto de vista das conquistas, temos de destacar o avanço na transversalidade de gênero na instituição. A gradativa incorporação desta dimensão nas ações e projetos, além da elaboração da política institucional em construção participativa, foram passos essenciais realizados e que doravante irão contribuir para uma definição mais explícita do posicionamento do MOC, sendo norteador nas nossas ações. Outro desafio que começamos a trabalhar, mas que ainda é forte é a ampliação da participação de homens, jovens, famílias de modo geral, nas ações de enfrentamento à violência contra as mulheres e propagar uma cultura de paz, o que se faz necessário com todos os sujeitos.

As perspectivas para 2016 é dar prioridade às questões relacionadas a formação política das lideranças das organizações de mulheres e jovens, intensificando a participação política no atual contexto do Brasil. Esta prioridade parte do processo de escuta das mulheres onde elas identificaram ainda essa lacuna que limita sua atuação nas bases, nas próprias organizações, principalmente as mistas e na intervenção política dos espaços estratégicos para garantia e manutenção dos seus direitos duramente conquistados.

Finalmente outro fator emergente é a formação de redes de enfrentamento à violência contra as mulheres nos municípios com os serviços públicos de proteção as mulheres (CRAS, CREAS, Ministério Público, CRAMs, Sec. Saúde, Delegacias) juntamente com as organizações de mulheres e mistas, articulando serviços para atuarem em sintonia na proteção as mulheres, além de ampliar o diálogo envolvendo os homens na luta pelo fim da violação dos direitos das mulheres e meninas.

Desse modo, o MOC se coloca, mais uma vez, a serviço da garantia dos direitos das mulheres, avançando na política institucional de gênero e intensificando com cada ator desse processo a contribuição para o empoderamento sociopolítico, econômico e cultural das mulheres juntamente com seus familiares. Assumimos o compromisso de lutar ao lado dos mais vulneráveis desse sistema perverso que escraviza, oprime e naturaliza violência praticada na sociedade, reafirmamos nossa missão com as organizações de mulheres e mistas da região, mais especificamente, o MMTR Regional e os municipais, Secretarias de Mulheres dos Sindicatos, Associações e Cooperativas de Mulheres.

Os resultados da nossa caminhada nos mostram a resistência e força das mulheres rurais e Peri urbanas que enfrentam todos os dias as amarras do machismo e do patriarcado, porém os resultados comprovam que avançamos



significativamente: acesso a água, ATER, Políticas públicas de enfrentamento a violência, crédito, geração de renda. Estes processos, ainda que sejam bons, não são como almejamos; por isso, ainda temos muitos caminhos a percorrer, muitos desafios a superar, na construção de uma sociedade onde sejamos de fato sujeitos de direito, mulheres donas das suas vidas, onde tenhamos igualdade de oportunidade, com ampla participação nos espaços de poder e decisão, definindo políticas que garantam seus direitos e uma vida livre de todas as formas de violência!

2. PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO CONTEXTUALIZADA (PECONTE)



Crianças, adolescentes, Professoras/es, Coordenadoras/es e sociedade Civil em ação de Arte e Educação

2.1. Introdução

Durante o ano de 2015, o Programa de Educação do Campo Contextualizada (PECONTE) do MOC, completou a execução do seu planejamento estratégico, inserido naquele do MOC. Desenvolveu as ações dando continuidade ao fortalecimento da Educação do Campo, tendo como referência os projetos CAT – Conhecer, Analisar e Transformar a realidade do campo e o Projeto Baú de Leitura.

Com o tema de **Participação Cidadã e Construção do Sertão Justo**, o PECONTE desenvolveu as diversas atividades, envolvendo diversos públicos como: Crianças, Adolescentes, Professores e Professoras, Coordenadores/as, Gestores/as e representantes da sociedade civil organizada. De acordo com seu Planejamento Estratégico, o Programa atua com os seguintes eixos e objetivos:

2.1.1. Objetivo Geral:

Crianças e adolescentes dos municípios de atuação do Programa tendo acesso aos direitos à educação contextualizada na perspectiva da Convivência com o Semiárido, alimentação saudável, esporte, cultura e lazer, expressando suas potencialidades criativas e contribuindo para desenvolvimento sustentável.

2.1.2 Eixos e Objetivos Específicos:

- a) Formação, Mobilização e Articulação com as gestões municipais (secretárias/es e diretoras/es de escolas):

Objetivo Específico:

- Contribuir na formação e mobilização de Gestores/as Municipais para apropriação dos passos metodológicos para aprovação, implementação e regulamentação da lei municipal e políticas públicas de educação do campo, disponibilizando no orçamento e com currículos contextualizados na perspectiva da convivência com o Semiárido

b) Formação e mobilização continuada com Coordenações Municipais, Professoras/es e Sociedade Civil:

Objetivo Específico:

- Contribuir e ampliar a formação e mobilização com Coordenadores/as, Professores/as e sociedade civil para planejamento, monitoramento e avaliação das ações de Educação do Campo na perspectiva da convivência com o Semiárido, não sexista e não discriminatória e participação em espaços de controle social e incidência política de educação e direitos das crianças e adolescentes

c) Direitos de Criança e Adolescente à Educação Contextualizada para convivência com o Semiárido (esportes, cultura, lazer, alimentação, Educomunicação e convivência familiar e comunitária) respeitados e ampliados.

Objetivo Específico:

- Contribuir na melhoria da aprendizagem e direitos de Crianças e adolescentes, através de processos de Educação Contextualizada para Convivência com o Semiárido, construindo conhecimentos e expressando suas potencialidades.

d) Estudos, Pesquisas, Sistematização e Produção de Materiais Pedagógicos Contextualizados para Convivência com o Semiárido realizados.

Objetivo Específico:

- Pesquisar e Produzir materiais pedagógicos com gestores/as, Professoras, Crianças e Adolescentes numa dimensão de convivência com o Semiárido, não sexista e não discriminatória em interface com outros programas.

e) Incidência Política nos espaços estratégicos de proposição, elaboração e controle social das políticas públicas de Educação do Campo Contextualizada para Convivência com o Semiárido e de Criança e Adolescente:

Objetivo Específico:

- Participar e incidir politicamente em espaços estratégicos de proposição, construção e controle social de políticas públicas de Educação Contextualizada e de Criança e Adolescente.



As ações de Educação do Campo foram desenvolvidas com uma metodologia que incentiva a participação cidadã, o fortalecimento da identidade do sertão e da agricultura familiar.

As ações aconteceram através de dois projetos específicos que desenvolvemos: a) **Projeto CAT – Conhecer, Analisar e Transformar a realidade do campo**, realizado em parceria com a Universidade Estadual de Feira de Santana, prefeituras municipais e movimentos sociais e sindicais do campo; e, b) **Projeto Baú de Leitura**. Este último, também inserido no CAT, incentivando a arte e criatividade, busca contribuir com o fortalecimento da identidade, com o reconhecimento e valorização das pessoas, nas relações sociais de gênero e etnia, no cuidado com o meio ambiente, com o exercício da cidadania e participação política, melhorando assim a aprendizagem significativa de milhares de crianças e adolescentes das escolas do campo.

A seguir as principais ações realizadas e seus resultados.

2.2. Principais Atividades Desenvolvidas em 2015

2.2.1. Formação com Gestores (as) Municipais de Educação:

No que diz respeito a este eixo, com as gestões municipais, foram realizados Seminários Regionais e reuniões municipais sobre Políticas Públicas Municipais de Educação do Campo, Currículo contextualizado e Orçamento Municipal, bem como visitas aos municípios. Foram ainda realizadas visitas aos municípios, dias de estudos para produção de material de orientação para gestões sobre políticas públicas.

O ano de 2015 foi mais dedicado para a construção dos Planos Municipais de Educação (Pés). Os 20 municípios que o PECONTE acompanha construíram seus PMEs, e destes, 17 inseriram a Educação do Campo Contextualizada. O MOC participou de diversas Audiências Públicas para construção dos Planos.

Um destaque este ano, foi a realização do I Seminário de Articulação de Projetos e Programas de Educação do Campo e da Cidade (SAPEC), que contou com gestores municipais e com a Secretaria Estadual de Educação e Universidades. Teve como objetivo contribuir na articulação do CAT/Baú de Leitura dos diversos programas e projetos que chegam ao município

Outra dimensão foi a realização de formações envolvendo gestores/as escolares na dimensão da construção dos projetos políticos das escolas do campo e como apoiar o Projeto CAT e Baú de Leitura. As direções das escolas participaram também de Encontros com as Coordenações, integrando as ações e debatendo a necessidade de construção de currículos contextualizados com o Semiáriodo.

Resultados alcançados com este objetivo:

A partir das ações, 20 municípios construíram seus PMEs e 17 com inserção da Educação do Campo Contextualizada; 13 municípios já construíram suas Leis Municipais de Educação do Campo Contextualizada (Araci, Baixa Grande, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo,



Nordestina, Nova Fátima, Pintadas, Serrinha e Riachão do Jacuípe). Os municípios estão iniciando os estudos e debates sobre a construção de currículos contextualizados com o Semiárido e revendo seus Planos Municipais de Educação. Outro resultado foi, a partir das Devoluções dos Resultados da Pesquisa sobre o CAT realizadas pelas Universidades Federal da Bahia e Federal de Campina Grande, os gestores demonstraram um compromisso maior com o CAT e estão iniciando diálogos sobre a necessidade de organizar seus orçamentos e ampliar a captação e recursos para fortalecer a Educação do Campo. Ao mesmo tempo em que a preocupação com a organização do orçamento, torna-se um desafio.

Outro desafio é ainda compreender a Educação do Campo enquanto instrumento de desenvolvimento do município, disponibilizando orçamento específico e dando maior apoio para bom funcionamento das Coordenações Municipais. Ainda há municípios que não liberaram os (as) Professores (as) para participarem das formações, não percebendo a importância da formação continuada, da avaliação da prática como elemento para melhorar a aprendizagem das crianças e a educação do próprio município. Esse desafio ainda persiste em alguns municípios.

2.2.2 Formação e mobilização continuada com Coordenações Municipais, Professoras/es e Sociedade Civil:

a) Formação com as Coordenações Municipais do CAT/Baú de Leitura:

As Coordenações Municipais da Educação são responsáveis pelo planejamento e sustentação do CAT em cada município. Constitui-se enquanto um grupo “Coletivo de Coordenadoras/es” que refletem a prática e planejam e relampejam as ações, organizam e realizam a construção da Ficha Pedagógica, realizam visitas de acompanhamento às escolas do campo, realizam estudos e formações.

De três em três meses MOC/UEFS desenvolvem um processo de formação continuada e processual com estas coordenações, realizando com elas o planejamento, monitoramento e avaliação das ações, na dimensão da Educação do Campo contextualizada com o Semiárido. Em 2015 Foram realizados 04 encontros com Coordenações do Projeto CAT e 04 encontros com Coordenações do Baú de Leitura, buscando também integrar as ações com o Programa do Governo Federal “Pacto pela Alfabetização na Idade Certa”, Projeto Despertar e outros existentes, buscando transformar a metodologia na proposta política pedagógica do município.

Nestes encontros se realizavam avaliações da prática e planejamento das ações, além de aprofundar alguma temática relacionada com a Ficha Pedagógica e outras necessárias ao bom desenvolvimento. Durante estes encontros foram realizadas oficinas sobre relações sociais de gênero, de matemática contextualizada, de linguagens, de leitura e letramento, convivência com o Semiárido, alimentação saudável e políticas públicas de Educação do Campo, especialmente para inserção nos Planos Municipais de Educação.

Resultados alcançados:

Coordenações com maior compromisso com a educação, realizaram planejamento das ações, estudos temáticos e da Ficha Pedagógica e DEVOLUÇÕES, envolvendo a comunidade, incentivando a produção de alimentações saudáveis no Semiárido, e modificando práticas alimentares nas escolas, compreendendo melhor as dimensões do Semiárido, especialmente o ambiente, a geografia, a cultura e as formas de participação cidadã. Enfim, vendo um Semiárido de possibilidades.

Dando continuidade ao trabalho do ano anterior, em relação às Coordenações do **Projeto Baú de Leitura**, também foram realizados 04 encontros para planejamento, monitoramento e avaliação do projeto em cada município, além de aprofundamento de questões que exige um olhar mais amplo, como religiosidade, gênero, diversidade cultural, leitura lúdica e contextualizada/leitura e letramento, concepção de leitura contextualizada, expressão corporal, entre outras. Debateu-se nos encontros, como o Baú de Leitura pode contribuir para melhor aprofundamento do CAT e do Pacto pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC).

Como **resultado** dessas ações, o Baú de Leitura foi ampliado nos municípios, garantindo a realização dos Núcleos de Leitura, ampliando espaços de leitura e contação de histórias, realização de intercâmbios de leitura municipais com crianças e adolescentes do Baú de Leitura e uma maior compreensão da Leitura enquanto desenvolvimento humano e que a literatura ela pode ser contextualizada e contribuir para o exercício da cidadania.

b) Em relação às formações com Professoras e Professores do CAT/Baú de Leitura

Em 2015 o tema problematizador anual para construção das Fichas Pedagógicas, ou seja, do planejamento da Educação do Campo nos 20 municípios de atuação, foi: **“O Semiárido nas suas dimensões ambientais, políticas, culturais e sociais: conhecê-lo, analisá-lo e transformá-lo a partir do chão onde vivo.”** As Fichas Pedagógicas foram construídas em oficinas de formações, inserindo a temática e planejamento de ações para modificar a realidade.

Incentivando a participação cidadã por um sertão mais justo, com a metodologia do **CAT – Conhecer, Analisar e Transformar** a realidade do campo, foram realizadas **31 formações com professores(as)** para avaliar a prática e aprofundar temáticas relacionadas à Educação do Campo e Convivência com o Semiárido, como por exemplo: metodologia e construção das Fichas Pedagógicas, alimentação saudável; hortas escolares; agricultura familiar e agroecologia, interdisciplinaridade, com estudos de matemática, linguagens e geografia na perspectiva da convivência com o Semiárido, relações sociais de gênero, Educomunicação, arte e educação, entre outras.

O CAT/Baú de Leitura em números:

- **46 Coordenadores(as)** do CAT com formação continuada;
- **22 Coordenadores(as)** do Baú de Leitura;
- **560 Professores(as)** participaram das formações;
- **5.860 Famílias** participaram das ações de devoluções nas escolas;
- **926 Professoras/es** participaram das formações em metodologia CAT/Baú
- **21.200 crianças e adolescentes** participaram direta e indiretamente das ações do CAT/Baú de Leitura.

Em 2015 o PECONTE, em interface com outros programas do MOC, inseriu também nos processos de formações de **Cisternas nas Escolas a temática educação contextualizada. Foram mais de 42 Encontros com Comunidades Locais**, de forma que toda a comunidade escolar participava das formações, debatendo a Cisterna como elemento pedagógico. A metodologia utilizada foi a mesma de participação cidadã, fortalecendo o Projeto CAT e Baú de Leitura, pois a água é elemento de vida no Semiárido.

Outra dimensão interessante que fizemos em 2015 foi o início da aplicação de um instrumento municipal de avaliação contextualizada, de acordo com os descritores do MEC, para que cada Professor/a, acompanhe, sistematize e vá planejando sua ação docente a partir dos níveis de desenvolvimentos das crianças e adolescentes, em diversas dimensões.

Como **resultado**, a partir do tema gerador, com a realização das oficinas temáticas, modificou-se hábitos alimentares nas escolas e nas famílias, mais de 48 hortas construídas como elemento pedagógico, valorização da cultura do Semiárido, revalorizando grupos culturais locais, incentivando a criação de novos grupos a partir da escola. Vale ressaltar que mais de **84 escolas do campo** inseriu a Cisternas nas Escolas, como elemento pedagógico de convivência com o Semiárido. Em relação ao ano anterior, percebe-se que há uma melhor compreensão da metodologia e do itinerário pedagógico do CAT, porém ainda necessita inserir outros elementos e aprofundar a metodologia, sempre partindo da prática.

Já na formação com Professoras e Professores, desenvolvemos atividades com a especificidade para atuação com o **Projeto Baú de Leitura** – projeto de incentivo à leitura lúdica e contextualizada visando melhorar as múltiplas aprendizagens, especialmente em leitura, escrita, oralidade, expressão corporal e dimensão artística, a partir de livros da literatura infantil contextualizada. Foram realizados Oficinas de Sensibilização sobre leitura lúdica e contextualizada e aprofundamento da metodologia.

Buscando ampliar as ações do Projeto Baú de Leitura e expandir mais a quantidade de crianças leitoras, foram realizadas ações nos municípios para incentivar e divulgar o projeto, a exemplo as mostras de artes a partir dos livros do acervo do Baú, intercâmbios e passeios. Como resultado, é perceptível a melhoria da leitura e da escrita nas crianças.



Formações do Baú de Leitura – concepção de leitura lúdica

Ainda como **resultados**, a partir de quadros avaliativos comparativos, podemos afirmar que a metodologia de leitura lúdica, contribui para melhoria na



aprendizagem das crianças em todas as áreas de conhecimentos, pois estimula a imaginação, a criatividade, ampliação do olhar crítico de mundo, além da leitura e da escrita. Podemos constatar isso através do instrumento de avaliação de aprendizagem que está sendo inserido nas escolas com as avaliações de Professoras e Professores.

c) Formação e mobilização da sociedade civil para intervenção nas políticas de Educação do Campo

Em três dimensões realizamos as formações com a sociedade civil: Oficinas Regionais, Oficinas Municipais e participação nos Encontros com as Coordenações Municipais do CAT/Baú de Leitura. As oficinas têm como objetivo fortalecer e aprofundar a compreensão da Educação do Campo enquanto direito dos povos do campo e qualificar a participação da mesma nos espaços de construção de políticas públicas, participação nas construções dos Planos Municipais e mobilização para aprovação da Lei Municipal de Educação do Campo.

Nas formações municipais buscavam inserir nas pautas das reuniões das diretorias a dimensão da Educação do Campo. Em Serrinha, Riachão do Jacuípe, Nordestina, Retirolândia e Araci houve avanços no sentido de entrar na pauta e a sociedade civil começou a participar das formações e acompanhar mais de perto as ações e funcionamento das escolas do campo, incentivando para as mesmas inserir produtos da agricultura familiar na alimentação, bem como contribuir na implementação da metodologia do CAT nas escolas e melhor funcionamento nos municípios e inserir a Educação do Campo nos Planos Municipais.

Leitura, a sociedade civil participou de todos, trazendo sua avaliação e sugestões de mudanças para melhorar a qualidade da educação. Realizou-se três Seminários Regionais onde foram aprofundadas as políticas públicas de Educação do Campo, Marcos Legais, formas de participação e construção, mobilização para aprovação e implementação das Leis Municipais de Educação do Campo e acompanhar mais de perto as ações nas escolas. Um dos encaminhamentos dos Seminários foi a participação da sociedade civil nas Jornadas Pedagógicas Municipais, nos encontros de planejamento e nos Conselhos Municipais de Educação.

Como **resultados**, podemos destacar a boa participação da sociedade civil, de forma propositiva, nas Audiências Públicas de construção dos Planos, nas construções das Fichas Pedagógicas, nas participações nos Encontros com as Coordenações. Alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais quando realizaram as Feiras da Agricultura Familiar inseriram também oficinas e debates sobre Educação do Campo, como Ichu, Nordestina, Barrocas, Conceição do Coité e Santa Luz. Em Serrinha, o Sindicato fez um diagnóstico sobre a situação das escolas do campo, constatando a precariedade, especialmente das estruturas físicas, depois, realizou e apresentou os resultados num Seminário com a participação da Secretaria de Educação, de Transporte e de Administração. A gestão municipal se comprometeu em melhorar e fazer as modificações sugeridas.

Apesar de avanços, ainda há uma fragilidade na compreensão e na participação da sociedade civil nas ações de Educação do Campo. Porém,

através destas ações vem ampliando a participação nos espaços de forma propositiva. Mas ainda há desafios a vencer, especialmente de ampliar a compreensão e participação de que a Educação do Campo faz parte do projeto de apoio à agricultura familiar e a sucessão da vida no campo.

2.2.3 Direitos de Criança e Adolescente à Educação Contextualizada para convivência com o Semiárido (esportes, cultura, lazer, alimentação, Educomunicação e convivência familiar e comunitária):

Uma dimensão do PECONTE no **Planejamento** Estratégico é na perspectiva de contribuir na garantia de direitos da criança e adolescente. Nesse sentido, em 2015 realizamos algumas ações diretamente com as crianças e adolescentes. Foram Oficinas em comunidades para implantar o Baú de Leitura, intercâmbios e oficinas para produção de livrinhos de histórias das comunidades em interface com o Programa de Comunicação do MOC, incentivo à participação cidadã nas Conferências de Direitos da Criança e Adolescente e outras ações.

Visando oportunizar o protagonismo de crianças e adolescentes, promovemos **Intercâmbio de Troca de Saberes com Crianças e Adolescentes**, com participação total de cerca de **130** (cento e trinta) crianças, adolescentes e algumas educadoras e educadores das escolas do campo. No Intercâmbio puderam expor suas produções nas escolas, fazer expressões artísticas, conhecer estudantes de outros municípios, brincar, trocar conhecimentos, etc. Além dessas atividades, também no intercâmbio fazemos uma avaliação contextualizada das crianças, tanto de oralidade, desenvolvimento de múltiplas atividades, dimensões artísticas, sociais, quanto de desenvolvimento nas áreas de conhecimentos. As crianças avaliadas, têm um nível de desenvolvimento em 76% das competências necessárias para cada área. Algumas dificuldades foram observadas e servem de instrumento para reflexões das ações nos encontros de formações com professoras/es para superação.

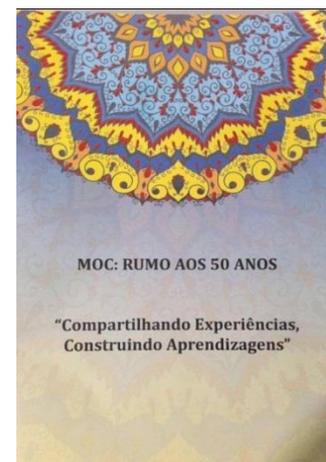
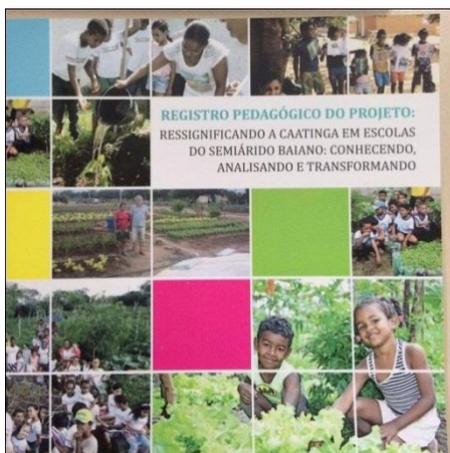
Outra dimensão foram as Oficinas com Crianças e Adolescentes para produção textual, de livros de histórias infantis sobre a Comunidade, produzido por crianças. Esta ação foi realizada em interface com o Programa de Comunicação do MOC. As oficinas para construção foram realizadas em comunidades rurais dos municípios de Retirolândia e Santa Luz. São as crianças que participam do Projeto CAT e Baú de Leitura. Foram produzidos 2.000 (dois mil) livrinhos que irá dentro do Baú de Leitura para incentivar outras crianças a escrever.

Como resultado dessa ação, incentivamos a participação política das crianças, o protagonismo, liberdade de expressão, contribuindo para seu desenvolvimento e as múltiplas aprendizagens. A partir desses intercâmbios e oficinas os municípios estão realizando vários outros no próprio município. Além disso, no momento da avaliação, serve também, para Professoras/es avaliarem sua prática e mudar algumas posturas na prática docente, para melhorar a aprendizagem e desenvolvimento integral das crianças e adolescentes.

2.2.4 Estudos, Pesquisas, Sistematização e Produção de Materiais pedagógicos Contextualizados para Convivência com o Semiárido

Foram realizados diversos estudos e sistematizações e produção de 03 (três) materiais em 2015, conforme descrevemos a seguir:

- A partir da experiência com um projeto MOC em parceria com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA), desenvolvemos formações em Educação e Desenvolvimento Sustentável, com oficinas de construção de hortas escolares, e a partir da experiência, fizemos uma Cartilha com o Registro Pedagógico – **Ressignificando a Caatinga em Escolas do Semiárido Baiano: Conhecendo, Analisando e Transformando**;
- Cartilha - material institucional, que relata, de forma bem resumida, a história de 48 anos do MOC, que foi escrita com pessoas de outros programas do MOC. Com o título: **Compartilhando Experiências, Construindo Aprendizagens**, este material é parte das produções que o MOC buscará fazer na celebração dos seus 50 anos que será em 2017.
- Foi concluída a Pesquisa realizada pelas Universidades Federal da Bahia e Federal de Campina Grande, que traz os principais resultados do trabalho de Educação do MOC, destacando a eficiência e eficácia e demonstrando que os municípios que investem na proposta política pedagógica do CAT, ganham com o desenvolvimento das pessoas e do município. Foi publicado em livro com o título: **A Educação Contextualizada no Semiárido Baiano: A Contribuição do projeto CAT para as políticas públicas de Educação e a Escola do Campo**. O livro está circulando em diversas bibliotecas das universidades, bem como as gestões municipais, estadual e foi enviado ao Ministério da Educação e à RESAB – Rede de Educação do Semiárido Brasileiro.



As três publicações sobre Educação Contextualizada, História do MOC e Resultado da Pesquisa sobre o CAT/Baú de Leitura

Como **resultado**, estes materiais vêm servindo para estudos e pesquisas sobre Educação do Campo. Na Cartilha sobre a História do MOC está sendo

divulgada a história do MOC no Semiárido e valorizados os sujeitos. Já os resultados das ações que a pesquisa identificou, estamos utilizando como mobilização de gestores para assumir mais, fortalecer e ampliar as ações de Educação do Campo, especialmente as coordenações e melhoria das condições das escolas do campo.

2.5. Incidência Política nos espaços estratégicos de proposição, elaboração e controle social das políticas públicas de Educação do Campo Contextualizada para Convivência com o Semiárido e de Criança e Adolescente:

Buscando fortalecer e contribuir na construção de políticas públicas de Educação do Campo contextualizada, a Equipe do PECONTE, também participou de diversos espaços de incidência política, com exposição de experiências, debates propositivos, comissão organizadora de eventos e conferências. A seguir algumas experiências em 2015:

- **CECA** – Conselho Estadual de Direitos da Criança e Adolescente participamos como Conselheiro e também entidade coordenadora da Câmara Técnica de Políticas Públicas. Em 2015 MOC fez parte da Comissão Estadual Organizadora da IX Conferência Estadual de Direitos da Criança e Adolescente, bem como das Territoriais. Participamos de algumas conferências municipais, e o MOC foi eleito como delegado para Conferência Nacional que acontecerá no mês de abril de 2016, em Brasília. Resultado, é que, além de várias crianças do CAT e Baú de Leitura, ter participado, exercendo sua cidadania, conseguiu-se articular propostas e aprova-las desde as municipais, Territoriais, Estadual para Nacional. Outro resultado importante, foi o MOC ter participado das novas eleições para o CECA e ter seu trabalho reconhecido e ter sido reconduzido para nova gestão. Um dos importantes resultados, foi a não aprovação da redução da maioria penal nas conferências e pressão nas mídias para não aprovar no congresso. Como dificuldade, o Estado da Bahia, ainda não deu posse ao Conselho e encontramos dificuldades em articular o mesmo;
- **FEEDBA** – Fórum Estadual de Educação da Bahia – é um fórum que reúne poder público e sociedade civil organizada, universidades, instituições de pesquisas, entidades da sociedade civil, etc. O MOC participa como instituição oficial. A partir da Conferência Nacional de Educação 2010, o Fórum é responsável pela elaboração das políticas públicas de educação do estado da Bahia, como Plano Estadual, Conferências Estaduais e outras demandas. Este ano foi concluído o Plano Estadual de Educação (PEE) e enviado para Assembleia Legislativa para aprovação. O MOC participou das Audiências Públicas, bem como debate da Base Nacional Comum (BNC) que está dialogando uma base comum para o currículo no país. Debates a necessidade da BNC incorporar a proposta de Educação do Campo Contextualizada para convivência com o Semiárido.
- **FEEC** – Fórum Estadual de Educação do Campo – outro espaço de articulação da sociedade civil, específico da Educação do Campo e

com participação de algumas universidades. O FEEC tem um papel importante na construção de propostas de Educação do Campo tanto em âmbito estadual, quanto nacional. Este ano o FEEC fez uma ampla campanha contra fechamento das escolas do campo, bem como inserir propostas no Plano Estadual de Educação. Em âmbito nacional também existe um Fórum Nacional de Educação do Campo – FONEC, que esporadicamente o MOC participa dos Seminários de debates e articulações para proposição de políticas, inclusive para aprovação do Plano Nacional de Educação.

- **RESAB** – Rede de Educação do Semiárido Brasileiro – o MOC participa da Executiva da RESAB e das ações realizadas, articulando e fortalecendo a rede e o debate sobre políticas públicas de Educação do Campo Contextualizada na perspectiva da convivência com o Semiárido. A RESAB realizou a Assembleia Anual este ano, renovando a Executiva, para a qual o MOC foi eleito. Em todo Semiárido brasileiro, a RESAB faz campanhas por escolas equipadas, apropriadas, materiais didáticos apropriados para região, bem como pressiona o MEC e Secretarias Estaduais e Municipais para a adoção de metodologia contextualizada e por políticas públicas de Educação Contextualizada com o Semiárido;
- **Grupos de Trabalhos de Educação** dos Conselhos de Desenvolvimento Territoriais Sustentáveis (CODES) – ações de incidência política são os Grupos de Trabalhos (FGTS) de Educação dos Territórios Bacia do Jacuípe e Sisal, que o MOC participou. Nesse ano, a experiência de Educação do Campo do MOC foi apresentada num Seminário no Território do Sisal, com participação de delegações da América Latina. A troca de experiência foi muito interessante, bem como a experiência que o MOC tem em Educação no Território.
- **Seminário Internacional** – o Programa de Educação do MOC foi convidado para intercambiar experiência num Seminário Internacional, em Gana – África, promovido pela entidade parceira do MOC, Actionaid. O Seminário: “Promovendo Direitos na Escola” trabalhou com uma metodologia na qual a comunidade debate e se mobiliza para buscar soluções para a violação de direitos. Contou com experiências de países da África e da Ásia. A experiência parecia com a proposta do CAT, porém com algumas questões mais específicas e metodologia que envolve a comunidade em todos os passos.

Como resultado, a partir das articulações em fóruns e redes conseguimos avançar em alguns aspectos na defesa da Educação do Campo Contextualizada enquanto direitos das crianças e adolescentes do Semiárido, com aprovações de propostas a ser inseridas nos Planos Municipais, Territoriais, Estadual e Nacional. Teremos ainda desafios a enfrentar, especialmente de consolidar a Educação do Campo Contextualizada enquanto política pública, tanto municipal, quanto estadual e nacional, e não apenas como experiência e projeto.



2.3 – Algumas conclusões possíveis

Diante de uma situação política de crise no país, de ameaça às conquistas de direitos humanos e sociais, continuar na defesa do direito do direito à Educação Contextualizada, tem sido desafiante.

Porém, a caminhada do MOC com Educação tem sido reconhecida e pouco a pouco estamos inserindo nas políticas públicas municipais. Atualmente 13 municípios com Lei de Educação do Campo aprovada, 17 municípios inseriram a Educação do Campo Contextualizada. As crianças e adolescentes melhorando seus processos de aprendizagem, de forma contextualizada, mais de 900 salas de aulas de escolas do campo desenvolvendo a metodologia CAT.

No entanto, os desafios são ainda grandes. Conseguir mobilizar a sociedade civil para defesa da qualidade da educação e convencer gestores que a Educação do Campo Contextualizada é um direito que precisa ser cumprido, que precisa ser oferecido com qualidade, torna-se desafiante ainda. Deseja-se que, com o resultado positivo que a Pesquisa sobre o CAT demonstrou, consigamos ampliar e fortalecer em cada município, cada comunidade, cada escola para que as crianças, adolescentes e suas famílias possam melhorar a qualidade de vida e que as comunidades rurais possam ter um desenvolvimento sustentável, com a escola contribuindo para isso. Enfim, continuamos com nosso sonho na construção de um mundo melhor, com participação política cidadã, por um sertão justo com envolvimento das pessoas enquanto protagonistas de suas vidas, através de processos de Educação Contextualizada.

3. PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO (PCOM)



3.1 Introdução

O Programa de Comunicação (PCOM) do Movimento de Organização Comunitária (MOC) desenvolveu suas ações em 2015 pautadas na participação cidadã e na contribuição para um Sertão Justo, buscando concretizar seu objetivo estratégico de ter o MOC reconhecido nas esferas municipal, regional, estadual e nacional como referência nas suas temáticas de atuação, a partir das experiências de convivência com o Semiárido, valorizando os sujeitos locais e ampliando o direito à comunicação. Este texto irá relatar as estratégias, atividades, resultados e desafios das ações do PCOM no decorrer dos doze meses de trabalho, subdividido em suas três linhas de atuação: Comunicação Institucional, Democratização da Comunicação e Educomunicação do Campo.

De maneira geral, as estratégias do Programa de Comunicação buscam identificar, pautar e divulgar as ações de convivência com o Semiárido, com foco nas experiências dos sujeitos locais, especialmente as lutas e as histórias dos agricultores/as familiares, das mulheres, negros, crianças e adolescentes, das comunidades rurais, dos princípios agroecológicos, da alimentação saudável e da segurança alimentar.

Destacaremos ainda em 2015, o crescimento da visibilidade do MOC e de parceiros nos veículos de comunicação, fortemente impulsionada graças ao lançamento de novas peças institucionais.

3.2 Relato das atividades

3.2.1. Comunicação Institucional



O PCOM priorizou na sua assessoria de imprensa a divulgação de experiências que fortaleceram a participação cidadã envolvida na construção de um sertão justo.

De forma concreta essa priorização aconteceu na escolha de sugestões de pautas e elaboração de releases enviados à imprensa, voltados para evidenciar os povos do campo, na sua múltipla diversidade de etnia, raça, cor, gênero, idade etc como sujeitos de direito. O lançamento de novas peças de comunicação institucional marca com veemência esta estratégia.

Seguindo uma linha editorial que visibiliza uma imagem positiva do Semiárido, o novo site institucional do MOC (www.moc.org.br) reúne em um único espaço e de forma dinâmica, notícias e experiências das ações da instituição, dos sujeitos locais e entidades parcerias, divididos em sessões como: vídeos, programas radiofônicos, roda de prosa, campanhas, fotografias, editais, clippagem, dentre outros. Além do site foram produzidos banners institucionais, cartões de visita, pastas de imprensa, folderes, canetas e blocos de notas possibilitando maior divulgação da instituição e do Semiárido.

Outra estratégia utilizada para o alcance do objetivo foi garantir maior aproximação do PCOM com os veículos de comunicação locais, regionais e estaduais, realizando visitas in loco. As visitas permitiram estreitar a relação com profissionais de comunicação, especialmente nos municípios de atuação da entidade, refletindo conseqüentemente num maior número de divulgação do MOC e suas experiências de campo.

Outra ação foi potencializar as mídias sociais: facebook, twitter e youtube, (www.facebook.com.br/moc) saindo de 1.768 números de curtidas para pouco



mais de 3.200 curtidas na página. O alcance de publicações institucionais e vídeos temáticos de experiências voltadas para a convivência com o Semiárido e a participação dos sujeitos na construção de um sertão justo chegaram a alcançar cerca de seis mil visualizações por dia.

Destacamos ainda neste campo, a contribuição qualificada da equipe técnica do MOC na identificação de pautas que visibilizaram as experiências institucionais e de campo, valorizando sempre a voz dos sujeitos locais. Essa estratégia dialoga diretamente com o segundo objetivo do programa nesta linha de ação que busca qualificar a comunicação interna, fortalecendo as relações entre os programas dando visibilidade às ações do MOC. Outro resultado desta participação qualificada da equipe aconteceu na elaboração do plano anual de pautas a partir de uma construção coletiva no Grupo de Trabalho de Comunicação (GT COM), espaço que potencializa e fortalece a comunicação institucional.

3.2.2. Democratização da Comunicação e Mobilização da Comunidade

Buscando concretizar o objetivo de fortalecer a participação do MOC e dos sujeitos locais em espaços de incidência política que pautem a democratização da comunicação e o desenvolvimento comunitário, o trabalho em 2015 se concentrou no processo de mobilização social de comunidades rurais com um olhar específico para o fortalecimento dos direitos das crianças e adolescentes e o desenvolvimento comunitário, tendo a comunicação como estratégia de articulação e controle social das políticas públicas.

Assim, foram elaborados planos de desenvolvimento local com a participação da comunidade e parceiros municipais, discutindo estratégias de intervenção para garantir que meninos e meninas tenham seus direitos assegurados. Um exemplo concreto foi a abertura de um posto de saúde na comunidade Jataí, município de Retirolândia. Fechado há mais de quatro meses, aguardando o ano de 2016 para inauguração, a comunidade pautou através da Rádio Poste os problemas enfrentados no acesso ao atendimento básico de saúde, desde a falta de medicamentos até a ausência de profissionais na comunidade, mesmo tendo a infraestrutura garantida. O assunto foi pautado também na escola e na associação comunitária, que de forma articulada mobilizou uma ação resultando em menos de 48 horas na inauguração do posto de saúde.

Cabe ressaltar que saúde foi apenas um dos temas evidenciados nos planos locais. Direitos básicos como educação do campo contextualizada, alimentação saudável, moradia, saneamento básico e lazer estão em pauta constantemente nos diálogos estabelecidos nas comunidades, tendo como aliado principal as crianças, adolescentes, jovens e representantes locais que ocupam diariamente os espaços de comunicação comunitária, dentre elas as rádios postes.

Compreender a comunicação enquanto um direito humano é algo que está intrínseco nas estratégias do PCOM, essencialmente no debate da democratização. No campo territorial o esforço têm sido garantir a participação

do MOC e dos sujeitos locais em espaços coletivos que pautem a comunicação enquanto um direito. Neste contexto, o programa participou a convite de nove espaços de incidência política apresentando a sua experiência e dos seus parceiros, a exemplo de Universidades, Redes e Fóruns, Sindicatos de Classes e Conferências Territoriais, com destaque para as de Juventude Rural, Mulheres, Crianças e Adolescentes.

Mesmo tendo claro alguns avanços citados acima e a produção de logomarcas para cooperativas filiadas às entidades regionais como Arco Sertão e Rede de Produtoras da Bahia, existiram desafios para cumprimento do segundo objetivo desta linha. Este objetivo visa assessorar entidades regionais para fortalecer e potencializar os instrumentos de comunicação institucional, contribuindo para a visibilidade de suas ações e para Democratização da Comunicação. Um dos desafios é a articulação de uma rede de comunicação territorial que pautem a comunicação enquanto um direito humano e proponha de forma concreta estratégias de visibilidade das ações existentes no território, destacando não apenas a atuação do MOC, mas de todas as entidades regionais e dos/as sujeitos/as de direitos envolvidos nos veículos de comunicação existentes.

3.2.3. Educomunicação do Campo



Tornar a Educomunicação uma política pública é sem dúvida um grande desafio no trabalho desenvolvido entre os Programas de Comunicação e Educação do Campo do MOC. De forma mais articulada os programas desenvolveram neste ano ações de interfaces buscando cumprir o objetivo central que visa desenvolver processos de Educomunicação com crianças, adolescentes, jovens e educadores do campo estimulando o protagonismo e a produção de conhecimento através da concepção, produção e disseminação de informações nas comunidades rurais.

Mesmo tendo intensificado o trabalho de parceria, os programas não elaboraram uma proposta de intervenção política nos municípios no que se

refere a inserção da metodologia enquanto uma política pública. A estratégia adotada ficou apenas no campo da sensibilização e formação dos educadores/as do campo durante a elaboração das fichas pedagógicas do Projeto CAT - Conhecer, Analisar e Transformar a realidade do campo. Essa estratégia se fez necessária, mas ela não é suficiente para o alcance dos objetivos e resultados esperados. O desafio perpassa pela elaboração de uma proposta conjunta de intervenção nos municípios prioritários para inserção da metodologia nos Planos Políticos Pedagógicos (PPPs) de vinte escolas do campo discutidas com os gestores escolares.

No campo da formação com crianças e adolescentes o trabalho se concentrou no estímulo à produção do conhecimento através da disseminação dos conteúdos por peças de comunicação, que pautaram a realidade das comunidades rurais de dez municípios. Destaca-se neste cenário, a confecção de quatro cartilhas e quatro vídeos (compondo uma coletânea) produzidos por crianças e adolescentes dos municípios de Retirolândia e Santaluz valorizando as histórias das comunidades e manifestações culturais das comunidades de Rose, Mucambinho, Miranda e Jitaí.

Ao elaborarem as peças de comunicação os/as educadores/as, crianças e os adolescentes atuam como protagonistas da sua própria história, conhecendo e participando de todas as fases nos processos de produção midiática. Com isso, lhes é assegurado o direito de disseminar a imagem de um Semiárido vivo e rico em diversidade cultural, fortalecendo a sua identidade.

3.3. Conclusão

O ano de 2015 marca o trabalho do Programa de Comunicação. Após a finalização do planejamento estratégico do MOC e a escolha da comunicação não como ferramenta, mas como elemento prioritário no desenvolvimento de suas ações permitiram o avanço no campo da comunicação institucional através do lançamento de novas peças e qualificação da sua equipe, e a definição da elaboração de uma Política Institucional prevista desde 2014, mas a ser concretizada em 2016.

No campo da Democratização da Comunicação o desafio consiste em articular uma rede regional de comunicação que permita potencializar o debate em torno da comunicação enquanto um direito, e proponha de forma articulada estratégias de visibilidade do Semiárido, através das experiências de entidades regionais e políticas públicas voltadas para a comunicação comunitária. Ainda no campo do desafio é ainda maior quando se trata de tornar a Educomunicação uma metodologia inserida nos PPPs de pelos menos vinte escolas do campo acompanhadas pelo Programa de Comunicação e Educação do Campo do MOC.

Por fim, o PCOM buscará priorizar no ano seguinte, as estratégias contempladas no seu planejamento estratégico e operacional com vista ao alcance dos resultados esperados.

Boxes

MOC na Mídia

- 07 novas peças institucionais (site, folder, banner, pasta de imprensa, bloco de notas, canetas, cartão de visitas).
- Produção de 29 releases e 14 sugestões de pauta.
- 58 citações do MOC na mídia.
- 50 citações dos parceiros do MOC na mídia.
- 15 vídeos institucionais/temáticos produzidos.
- 6 mil visualizações por dia dos vídeos na sua página do Face book.
- 101 matérias produzidas e veiculadas no site do MOC.
- Página do Facebook somando 3.200 curtidas.
- 47 edições do boletim eletrônico enviado a 2.120 pessoas.
- 16 visitas aos veículos de comunicação institucional.
- Criação e veiculação de 02 campanhas institucionais: “Quebre o Silêncio” e a campanha “João de Barro”.

Público do PCOM em número

- 04 livros produzidos por crianças e adolescentes sobre as histórias das comunidades.
- 04 vídeos produzidos por crianças e adolescentes sobre as histórias das comunidades.
- 1.620 crianças e adolescentes envolvidas nas ações de Educomunicação em sala de aula.
- 3.020 crianças escrevendo cartas, relatando a sua realidade para adultos e crianças de outros espaços, desempenhando processos lúdicos.
- 670 crianças e adolescentes produzindo mídia em sala de aula.
- 180 crianças e adolescentes produzindo e apresentando programas radiofônicos em rádio poste.
- 12 escolas do campo com rádio poste, atingindo cerca de 6.000 pessoas.
- 25 comunicadores/as comunitários/as, 20 jovens comunicadores/as, 140 educadores do campo capacitados em Educomunicação.

4. PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS (PFEES)



4.1. Introdução

O Programa de Fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários (PFEES) nasce em 2015 a partir da construção do Planejamento Estratégico do Movimento de Organização Comunitária (MOC). Sua criação se fez necessária, pela longa caminhada e amadurecimento enquanto eixo de acesso a mercados do Programa de Convivência com o Semiárido, quando se percebe que as ações desenvolvidas extrapolam as características de um eixo e ganham caráter de programa pelo volume, necessidade e importância das suas atividades junto as Redes e Empreendimentos Econômicos Solidários (EES).

O PFEES vem se consolidando com o seguinte objetivo estratégico: **Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) da Agricultura Familiar e de comunidades tradicionais dos municípios da área de abrangência do MOC, atuando na perspectiva de uma Economia que seja justa, inclusiva e Solidária, articulados em redes e organizados nos processos de gestão, produção, beneficiamento, divulgação e comercialização, fortalecendo a convivência com o semiárido.**

Para alcançar o objetivo central, o Programa se subdivide em dois eixos, com os seguintes objetivos:

- a) **Gestão e Participação. Social:** com intuito de promover os processos de organização e articulação dos EES e das Redes, na perspectiva da autogestão, da equidade de gênero e participação social.
- b) **Acesso a Mercados:** com o intuito de Estimular os processos de produção e comercialização dos EES e Redes, para o acesso aos



mercados (institucional, convencional e diferenciado) com ênfase no institucional.

E com três principais ações estratégicas:

- a) Aprimorar ferramentas e práticas de gestão (plano de ação, controle interno, regimento interno, transparências, tomada de decisão, renovação de liderança) nas Redes (Arco Sertão Central e Cooperede) e nos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES);
- b) Redes (Arco Sertão Central e COOPEREDE) e EES articulados, fortalecidos, e organizados com as documentações que os identificam como empreendimentos da Agricultura Familiar e da Economia Solidária;
- c) Redes (Arco Sertão Central e COOPEREDE) e EES com produtos comercializados nos pontos fixos e nos mercados (institucional, convencional e diferenciado);

Nesse sentido, o Programa **de Fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários (PFEES)** constrói com os agricultores e agricultoras familiares organizados de forma coletiva (grupos informais, associação e cooperativas) um processo que promova, sobretudo, a autonomia sociopolítica econômica através de uma assistência técnica voltada para os empreendimentos nos processos de gestão, produção, beneficiamento, divulgação e comercialização, dentro dos princípios da Economia Solidária.

4.2. Gestão e Participação Social das Redes de Empreendimentos Econômicos Solidários:

No ano de 2015, o Programa **de Fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários (PFEES)**, realizou o acompanhamento técnico sistemático a duas Redes Regionais: Central de Cooperativas de Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária Arco Sertão (Arco Sertão Central) e a Cooperativa Rede de Produtoras da Bahia (COOPEREDE), além de 98 Empreendimentos Econômicos Solidários - EES filiados às duas redes, sendo associações e cooperativas de produção formados por homens e mulheres e empreendimentos não formais formados exclusivamente por mulheres. O PFEES também assessorou 21 cooperativas de produção que não são filiadas as duas Redes.

Em 2015, a Cooperativa Rede de Produtoras da Bahia foi premiada pelo BNDES – (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) em Boas Práticas de Economia Solidária. Com o valor do prêmio de R\$ 50.000,00 a cooperativa pôde reformar o espaço onde presta serviço tornando - o mais acolhedor para os contratantes dos seus serviços, além de equipar o

espaço com móveis e brinquedos visando acolher as crianças que por ventura acompanhem os participantes das atividades no local.

As Redes (Arco Sertão Central e COOPEREDE) e os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) intensificaram suas ações na ocupação dos espaços estratégicos de construção e implementação das políticas públicas de Economia Solidária e da Agricultura Familiar, tais como: participação de conferências de Mulheres e Assistência Técnica e Extensão Rural, como também em outros espaços de incidências políticas, que merecem ser destacados: A Arco Sertão integra a Coordenação do Fórum Estadual e Nacional de Economia Solidária, o Conselho Estadual e Nacional de Economia Solidária, participa dos CODES Sisal, CODES Bacia do Jacuípe, Comitê Estadual do Programa de Aquisição de Alimentos(PAA) e do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE). Já a COOPEREDE por sua vez, faz parte do Comitê Gestor Ampliado do Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais, participa do Fórum Estadual de Economia Solidária, do Conselho Estadual de Economia Solidaria, do Fórum de Mulheres da Região Semiárida, do CODES Sisal, do Comitê Estadual de Organização Produtiva das Mulheres Rurais e do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos das Mulheres. No âmbito municipal os empreendimentos econômicos solidários (EES) filiados as Redes, vem participando com pouca incidência nos conselhos Municipais da Alimentação Escolar e de Assistência Social.

4.3. Acesso à Mercados fortalecendo as Redes (Arco Sertão Central e COOPEREDE) e empreendimentos econômicos solidários:



a) Rede Arco Sertão Central

O Armazém da Agricultura Familiar e Economia Solidária, caminha para o seu terceiro ano de existência gerido pela Arco Sertão Central. Em 2015 intensificou a comercialização dos produtos das suas filiadas e empreendimentos parceiros frente às Prefeituras e Escolas Públicas Estaduais

e municipais para as vendas pelo Programa Nacional de Alimentação escolar – PNAE e nas licitações públicas. Também vale destacar as vendas diretas aos viajantes e turistas no “show room” localizado no município de Serrinha, das participações de Feiras da Agricultura Familiar e Economia Solidária e eventos. Uma ação bastante intensificada foi o dialogo junto aos órgãos federais (universidades, institutos entre outros) visando abrir possibilidades frente a outros mercados.

Em 2015, foi comercializado um total de R\$ 2.028.000,00 pela rede Arco Sertão Central, no mercado institucional (PNAE Município e PNAE Estado), a varejo e prestação de serviços no fornecimento de alimentação, envolvendo no total mais de 62 Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) na comercialização dos seus produtos.

b) Rede COOPERREDE:



A COOPERREDE deu continuidade às ações de comercialização através de dois espaços solidários amplos e bem localizados nos municípios de Feira de Santana e Santaluz com vendas de artesanatos. A Cooperrede também comercializa no espaço solidário de prestação de serviços, onde a mesma trabalha com o fornecimento de alimentações e hospedagens participando de licitações públicas.

Em 2015, vale ressaltar que foram 11 contratos firmados num montante de R\$ 714.659,00, valor este que beneficiou os grupos de mulheres filiados à COOPERREDE que fornecem hortaliças, temperos, polpas de frutas, doces, biscoitos, farinha e feijão, além das mulheres que se dedicam a preparação dos alimentos e manutenção do espaço de realização dos eventos e nas participações de Feiras da Agricultura Familiar e Economia Solidária e eventos.

Foram intensificadas ações de formação, qualificação da produção e desenvolvimento de novos produtos nos seguimentos de alimentação e



artesanato. Também teve avanços na gestão com a ampliação das reuniões da diretoria com uma representante por município de atuação da COOPEREDE, representante esta, eleita pelo coletivo.

c) Fortalecimento das Cooperativas na gestão, produção e comercialização.

O MOC, através do PFEES em 2015, além dos territórios que já atua como Sisal, Portal do Sertão e Bacia do Jacuípe, ampliou sua participação em outros três territórios, Recôncavo, Nordeste II e Baixo Sul através da assessoria técnica às cooperativas com implementação de ações em gestão, produção e comercialização. Ao todo o PFEES assessorou 42 cooperativas através do Projeto Mais Gestão vinculado ao MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), atendendo em torno de 6.000 agricultores/as familiares, destas cooperativas assessoradas, 22 são filiadas à rede Arco Sertão Central, e o intuito é que futuramente as outras 20 cooperativas também se filiem, visando o fortalecimento da comercialização em rede.

Em 2015, foram elaborados junto às 42 cooperativas seus Planos de Aprimoramento individuais. Este é um documento propositivo que visa nortear as ações voltadas para as diferentes áreas funcionais da cooperativa frente às lacunas e aos desafios apontados pela etapa do diagnóstico aplicado no ano anterior. A implementação do Plano de Aprimoramento ao processo gerencial das cooperativas possibilitará a verificação da coerência entre a formulação das estratégias, sua implantação e o desenvolvimento da cooperativa, tanto no alcance dos objetivos propostos como no crescimento profissional dos cooperados previsto para o ano 2016.

4.4. Estruturação dos Empreendimentos Econômicos Solidários para produção e comercialização:



As redes de empreendimentos (Arco Sertão Central e COOPEREDE) vêm intensificando a participação nos espaços políticos com intervenção para a melhoria dos espaços de produção dos empreendimentos filiados.

No ano de 2015, entre os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) atendidos pelo PFEES, 07 obtiveram projetos firmados com a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR e Instituto Consulado da Mulher para melhoria na infraestrutura da unidade de produção e 34 EES equipados através de projeto com a COOPEREDE via MOC. Outros 08 Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) foram beneficiados com o projeto piloto na aquisição de equipamentos e a implementação de cisternas de 52 mil litros, garantindo água para produção de qualidade.

A Arco Sertão Central através do Fundo Rotativo Solidário – FRS que visa viabilizar equipamentos e insumos para a melhoria no desenvolvimento da produção e acesso a mercados, com características flexíveis e menos burocráticas aos seus EES filiados, em 2015 proporcionou o acesso ao FRS a 18 EES totalizando R\$ 96.000,00 (Noventa e seis mil reais).

Outra ação importante realizada no âmbito das atividades do PFEES é a regularização da documentação dos EES assistidos, proporcionando garantias e participação em políticas públicas. Entre os 119 EES assistidos, 62 EES (Cooperativas e Associações) possuem DAP jurídica atualizada oportunizando acesso a políticas de ATER para EES e a comercialização da produção nos mercados institucionais, com destaque para o PNAE e PAA, além de 100 EES (Cooperativas, Associação e grupos informais) com seu Cadastro Nacional de



Empreendimentos Econômicos Solidários realizado, oportunizando a participação nos editais de assessoria técnica.

Em 2015, 10 EES comercializaram através do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), totalizando R\$ 2.230.311,00, sendo 297 fornecedoras agricultoras familiares e 62 fornecedores agricultores familiares, beneficiando cerca de 18.211 consumidores. Outros 19 EES enviaram propostas para a CONAB, sendo 02 propostas contratadas no valor total de R\$ 344.837,00 com execução ainda em vigor no ano de 2016.

Já em relação ao Programa Nacional da Alimentação Escolar – PNAE, em 2015 os EES assistidos pelo PFEES comercializaram um montante de R\$ 1.850.000,00 (Um milhão e oitocentos e cinquenta mil), envolvendo 22 EES em 13 municípios (Teofilândia, Biritinga, Conceição do Coité, Serrinha, Retirolândia, Tucano, Riachão do Jacuípe, Ichu, Santaluz, Feira de Santana, Quijingue, Pé de Serra e Nova Fátima).

4.5. Conclusões: Resultados e Perspectivas para 2016

Em 2015 o PFEES desenvolveu ações usando uma metodologia participativa e sustentável, envolvendo agricultores/as familiares e jovens dos EES, como fundamento essencial para o estabelecimento de relações capazes de melhorar significativamente o desempenho produtivo, gerencial e comercial.

O PFEES se vê no papel de estimular a busca dos direitos do seu público atendido seja através de políticas públicas, ou no exercício do auto sustentabilidade, procurando sempre aprimorar o conhecimento, as técnicas, a estrutura e a ampliação da comercialização. É notável a significativa dependência dos EES no mercado institucional para a comercialização dos produtos, como também as fragilidades estruturais do processo de ampliação de novos mercados devido ainda não obter as devidas certificações.

Em 2015 percebe-se com notoriedade o fortalecimento das duas redes com aumento de receita e acréscimo de filiações comparadas há anos anteriores, contribuindo com o fortalecimento da Economia Solidária e da Agricultura Familiar na região de atuação.



O PFEES tem como perspectivas para 2016, dar continuidade na articulação dos EES em Redes via Arco Sertão Central e a Rede de Produtoras da Bahia, a partir de uma assessoria técnica e sistemática com ampliação do número de filiações, objetivando na melhoria da organização nos processos de gestão, produção, beneficiamento, divulgação e comercialização, fortalecendo a geração de trabalho e renda numa perspectiva de uma melhor convivência com o semiárido.

Apoio aos EES no aprimoramento da auto-gestão, organização, estruturação interna, permanência e ampliação nos mercados institucionais (PAA e PNAE), além de buscar acessar novos mercados como, o convencional, diferenciado e participação em feiras.

Outra perspectiva para 2016 é a criação de ferramentas para auxiliar o assessoramento aos EES, ferramentas estas que já estão em processo de elaboração e que vão servir para qualificar, quantificar e armazenar informações dos EES assistidos pelo programa para acesso a projetos, certificações, espaços de incidência política entre outros.

5. PROGRAMA DE ÁGUA, PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E AGROECOLOGIA (PAPAA)



5.1. Introdução

Este relatório tem por objetivo discorrer sobre as atividades e ações que o Programa de Água, Produção de Alimentos e Agroecologia - PAPAA, desenvolveu ao longo de 2015, tendo como objetivo estratégico que *as Famílias e comunidades da área de atuação do MOC fortalecem a soberania e segurança alimentar e diversificam sua produção, através da incidência política e da implementação de processos e práticas agroecológicas de convivência com o Semiárido em parceria com as organizações da sociedade civil.*

Seguindo estrategicamente seu objetivo central o PAPAA contribuiu para a construção da democracia participativa a serviço do sertão Justo, através da participação em espaços de incidência, desenvolvendo e executando suas ações no controle e promoção de políticas públicas que visam o desenvolvimento de boas práticas para a Convivência com o Semiárido Brasileiro, dentro das suas vertentes específicas a **do acesso a água para o consumo familiar e escolar e uma outra perspectiva da busca da produção de alimentos de qualidade por meio de uma assessoria técnica baseada nos princípios e processos da agroecologia para a convivência como Semiárido.** Para desenvolver suas ações de forma didática subdividimos em dois eixos principais, sendo:

5.2 Atividades desenvolvidas

5.2.1- ATER AGROECOLOGICA. Esta atividade tem como objetivo específico: *Fortalecer o empoderamento dos/as agricultores/as e comunidades através do*



processo de assessoria técnica sistemática, ampliando a cultura do estoque para a convivência com o Semiárido na perspectiva da agroecologia.

- **Assessoria direta às comunidades** - Para o alcance dos objetivos acima citados o programa buscou o desenvolvimento de ações, mediante assessoria as famílias e comunidades, que visam a busca da autonomia destas no que se refere a organização comunitária para o acesso as políticas públicas e no campo da estruturação de suas unidades familiares de produção para a pratica da estocagem de alimentos, sementes e água em quantidade e com qualidade suficiente para a garantia da segurança alimentar e nutricional dentro de uma perspectiva agroecológica.
- **Presença nos Conselhos** Para além desta assessoria diretamente no campo da produção de alimentos, o programa tem como premissa, e não foi diferente em 2015, que os sujeitos de direito possam ocupar espaços de controle e promoção de políticas para a agricultura familiar e a melhor vida no campo. Desta forma muitas famílias ocupam espaços e cadeiras de diversos conselhos municipais, como é o caso dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável, de Saúde, de Assistência Social, dentre outros também a nível territorial e estadual, como forma de interferir incisivamente na aplicação das políticas e na avaliação destas, e podendo propor mudanças na sua gestão fazendo desta forma o controle social direto junto aos beneficiários.
- Outra estratégia importante internamente do Programa é também a participação da sua equipe em espaços que visam provocar os entes governamentais para a efetivação e promoção de políticas públicas que visam o fortalecimento da agricultura familiar. Neste sentido participamos efetivamente no ano de 2015, e em anos anteriores, do Fórum da Agricultura Familiar da Bahia, da Rede de Entidades da Sociedade Civil Prestadoras de Assistência Técnica e Extensão Rural do Nordeste – Rede-ATER- NE, da Articulação Baiana de Agroecologia – AABA, do Comitê Permanente de Políticas para a Juventude Rural do Condraf-MDA, dos Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional (Estadual e Nacional), de Colegiados de Desenvolvimento Territoriais – Codeter, nos territórios da Bacia do Jacuípe, Portal do Sertão e Sisal e da Articulação do Semiárido Brasileiro – ASA. A participação nesses espaços tem possibilitado à entidade, em especial ao programa, junto com outros parceiros, pautar as instâncias governamentais o lançamento de políticas públicas e efetivos editais no campo da promoção e acesso a tecnologias de captação de água para produção de alimentos, de Ater, no campo da conservação da biodiversidade, especificamente das sementes crioulas, da promoção da agroecologia, dentre outras.
- **Concorrer em editais** - Como estratégia para o alcance de suas metas e objetivos o programa tem buscado também concorrer em editais públicos para execução de projetos neste viés como forma de contribuir para que famílias da área de atuação do MOC possam ter estocado em suas casas e propriedades água de qualidade e em quantidade, possam

guardar suas sementes crioulas, ter assessoria técnica de qualidade e que de sorte criem condições favoráveis à sua permanência de forma digna no campo. Para além de editais públicos o Programa encabeça conjuntamente com outros programas da instituição a busca e a afirmação de parcerias com instituições não governamentais de fomento a melhoria de vida das pessoas em situação e vulnerabilidade.

Esta busca constante por editais públicos, mesmo em um ano com cenário desfavorável e com poucos editais lançados, e a firmação de parceria com entidades como a Actionaid, TDH e KNH, conseguimos de forma exitosa a realização de atividades e projetos que buscaram contemplar as estratégias programáticas, sendo elas elencadas de forma sintética a seguir:

- Capacitações de Pessoas em Gerenciamento de Água para Produção de Alimentos – GAPA, em Sistemas Simplificados de Manejo de Água – SISMA, Intercâmbios de Experiências (Inter Municipais e Estaduais), Capacitação em Caracterização e Gestão Comunitária de Sementes, Capacitação em Gestão de Estoque nos Bancos Comunitários de Sementes, Capacitação das Comissões Municipais, Capacitação Territorial de Produção e Multiplicação de Sementes, Encontro Territorial de Sementes, Capacitação de Pedreiros, Implementação de Tecnologias sociais (Cisternas Calçadão e Barreiros Trincheiras), Oficina de Avaliação e planejamento das ações, Capacitação e implementação de Casa de Sementes, Oficina de qualificação da produção e fortalecimento da comercialização, Apoio a Realização de Feiras Agroecológicas e da Agricultura Familiar.

Como forma de pressionar os governos para a manutenção e ampliação de políticas públicas no campo da convivência com o Semiárido e da ampliação dos princípios da agroecologia e para a agricultura familiar o programa conjuntamente com outros parceiros a nível local e estadual buscou a realização de manifestos levando agricultores/as, técnicos/as, dirigentes de organizações para as ruas de várias cidades do Estado para pressionar os governantes para a garantia dos direitos das pessoas que vivem no campo.

5.2.2-ÁGUA PARA CONSUMO FAMILIAR E ESCOLAR



Esta ação tem como objetivo estratégico contribuir para a universalização do acesso a água de consumo familiar e ampliar o acesso à água em escolas do campo. Em 2015 desenvolveu-se estratégias de atuação que perpassaram pela mobilização social das organizações que compõem as comissões executivas municipais de recursos hídricos, organizações e movimentos que atuam nas comunidades rurais, seguida da identificação das comunidades onde encontra se famílias com maior dificuldade de aceso a água para o consumo. No que refere se a contribuir para a ampliação do aceso a água em escolas do campo, o trabalho em rede, foi sem dúvida, um importante passo para a garantia da água de educar.

O MOC é uma das entidades que faz parte da Articulação do Semiárido – ASA participou de debates e reflexões a respeito da água de qualidade como um elemento essencial para as escolas do campo, mais um elemento de aprendizagem para crianças e adolescentes no que toca a convivência com o semiárido. O dialogo coletivo resultou em uma ampla cobrança à instância pública sobre a realidade das escolas rurais, que tem suas atividades educativas interrompidas em período de estiagem por falta de local adequado para armazenamento de água. Essa ação nos municípios nos colocou a atuarmos na celebração de importantes parcerias com as prefeituras municipais e secretarias de educação e a ASA/AP1MC, a fim de conjuntamente identificar as escolas do campo sem tecnologia de captação e armazenamento de água da chuva para o consumo escolar.



Para o alcance do objetivo geral do Programa de Água, Produção de Alimentos e Agroecologia realizamos ainda atividades como identificação de comunidades, famílias e escolas rurais em situação de risco pela pouca acesso das políticas e programas sociais, cadastramos famílias e escolas do campo para serem integradas aos diversos projetos de implementação de tecnologias sociais, de estocagem de sementes, armazenamento de água da chuva familiar, educar, produção de alimentos e dessedentação animal, facilitamos e fomentamos a realização de capacitações em diversas temáticas que envolve a cultura de estoque de sementes crioulas, água de beber, cozinhar e educar, Convivência com o Semiárido e da agroecologia, gerenciamento da água família e escolar, oficinas sobre educação contextualizada, Capacitações Territorial sobre seleção, produção e multiplicação das sementes crioulas, Capacitações em caracterização e gestão comunitárias de diversidade de sementes, Capacitação em Gestão de Estoques nos Bancos Comunitários de Sementes, Capacitações de pedreiros em construção de cisternas de placa, intercâmbio intermunicipal entre agricultoras/es, entre outros. Atuamos na implementação das tecnologias de armazenamento de água da chuva para o consumo humano, chegamos a famílias e escolas do campo onde a chuva era mais um fenômeno da natureza que tão logo chegava e escorria pelo o telhado.



Todas estas ações desenvolvidas estrategicamente pelo programa têm contribuído para contemplação de resultados efetivos na vida das pessoas como se segue:

- Em média 2.348 pessoas com a possibilidade de armazenamento de água da chuva para produção de alimentos de qualidade como elemento garantidor da Segurança Alimentar e Nutricional, através da construção de 587 tecnologias sociais de captação e armazenamento de águas da chuva;

- 36 Comunidades debatendo a importância das sementes crioulas e criando oportunidades e estratégias para o armazenamento comunitários de sementes e a buscando a manutenção da biodiversidade;
- Famílias assessoradas criando oportunidades de melhoria de renda através da participação em oficinas e cursos e trocando suas experiências, na dinâmica de agricultor/as para agricultor/a;
- Famílias debatendo e buscando a garantia dos seus direitos, indo as ruas e ocupando espaços de pressão e construção política e alguns anseios sendo contemplados, mesmo que parcialmente;
- 48 Famílias comercializando de forma direta em Feiras Agroecológicas e 109 de forma indireta ou em feiras convencionais;
- Atuação com o processo de mobilização social e implementação de tecnologias de armazenamento de água da chuva famílias e educar realizado em 12 municípios em 03 territórios de Identidade e cidadania;
- Famílias/escolas identificadas em aproximadamente 35 comunidades rurais;
- Participação de 1.919 famílias na realização de aproximadamente 64 cursos de Convivência com o Semiárido e Gerenciamento de recursos Hídricos;
- Participação de 204 Professores, merendeiras e auxiliares das escolas do campo em oficinas de Convivência com o Semiárido e Gerenciamento da água na escola;
- Participação de 633 Professores das escolas do campo em oficinas de educação contextualizada;
- 1.919 Famílias com tecnologia social de armazenamento de água da chuva implementada em seus domicílios, chegando a atender aproximadamente 9.595 pessoas. Propriedades com potencial de armazenamento de 30.704.000m³L de água;
- 79 Escolas do campo com tecnologia social de armazenamento de água da chuva implementada, chegando a atender aproximadamente 2.370 crianças e adolescentes. Escolas com potencial de armazenamento de 4.108.000m³L de água.

5.2.3. Conclusão

Concluimos que o ano de 2015 foi de grande desafio para o programa e conseqüentemente para a instituição, já que o país passou e passa por um momento conturbado de crise política e econômica, refletindo significativamente nas nossas ações com cortes de recursos em setores do governo que visam financiar projetos e a implementação de políticas para agricultura familiar e a convivência com o Semiárido. Mesmo com as adversidades, conseguimos a execução de projetos que contribuíram, como supracitado, para o alcance parcial de nossos objetivos e metas estratégicas.

Por outro lado, apontou o ano 2016 como um que será de muitas lutas, pela continuidade da garantia dos direitos, e inclusive a necessidade de resistência às ameaças que apresentam se de perdas de direitos que já foram



conquistados. Para tanto, continuaremos na luta, numa maior mobilização social, trabalho em rede com outras organizações sociais, participação na proposição e controle social das políticas públicas para que homens, mulheres, crianças e adolescentes do Semiárido tenham seus direitos assegurados e garantidos e com isso uma vida mais justa. A vida, assim, exige que continuemos em marcha como sujeitos dentro de um amplo processo de articulação, mobilização, sensibilização social para a convivência com o Semiárido, buscando uma perspectiva melhor nesse campo para o ano de 2016.



III. REFLEXÕES SOBRE A INCIDÊNCIA POLÍTICA DA INSTITUIÇÃO ATRAVÉS DE SEUS PROGRAMAS

1 – Gênero e a incidência política na construção do sertão justo Mulheres cidadãs, pelo direito de decidir!

A histórica luta das organizações feministas e de mulheres se configura pela sua bravura e resistência ao sistema patriarcal opressor e na construção de uma sociedade com igualdade de oportunidades e na garantia dos direitos das mulheres. Há avanços neste campo se olharmos a história, mas todos os avanços só foram possíveis pela articulação e formação política das mulheres num exercício da cidadania, ainda que muitas vezes esta cidadania lhes tenha sido negada e negligenciada. A constituição Federal promulgada em 1988 foi um avanço no marco legal em que se garante o exercício pleno da cidadania dos indivíduos. Entretanto, as políticas instituídas ainda não conseguem dar conta da garantia dos direitos das mulheres. Esse fato demonstra a urgente necessidade que as mulheres têm em se organizar para fazer com que seus direitos sejam efetivados.

Um marco da luta das mulheres rurais e Peri urbanas é a celebração do 08 de março, hoje chamado de março Mulher, data essa em que as mulheres ecoam suas vozes e gritam por justiça e paz em diferentes modos. Em 2015 não foi diferente. Foram realizados atos públicos, audiências públicas e outras formas de manifestação para tornar públicos os avanços e desafios na garantia dos direitos das mulheres, propondo políticas e ações que garantam seus direitos. Outros espaços estratégicos de participação das lideranças dos territórios, como; conselhos municipais (saúde, assistência social, desenvolvimento rural, mulheres), CODES, Fórum Estadual de Enfrentamento à violência contra as mulheres, CONSEA, comissões municipais de água, tem fortalecido o acesso aos seus direitos, inclusive o direito de participar.

No entanto, a garantia dos direitos das mulheres continua sendo um grande desafio, visto que, ainda não é colocado como prioridade nas agendas dos governos, principalmente os municipais. Nas Conferências houve muitas dificuldades para viabilizar a participação das mulheres e os municípios não buscaram viabilizar nada. Para que estes eventos acontecessem, com ampla participação das trabalhadoras rurais, houve necessidade de outros apoios. Outras conferências, em 2015, tiveram a participação ampla das mulheres; Conferências de ATER, Segurança alimentar e nutricional, Criança e Adolescente. Outras ações como Audiências públicas de enfrentamento a violência contra as mulheres, Audiência pública do PAA, além de outras manifestações pela manutenção e garantia dos direitos sociais. Além do mais, a Marcha das Margaridas 2015 foi também um grande marco na luta das mulheres rurais, pois são coletivizadas as demandas e pautas nacionais, respeitando a pluralidade das organizações de mulheres e feministas, uma vez em que se tem buscado o diálogo permanente com setores do governo, o que tem avançado em mais direitos para as mulheres.

O MOC juntamente com as organizações de mulheres, em 2015 realizou a campanha de enfrentamento à violência contra as mulheres, que teve como



tema: **Quebre o silêncio, sua atitude salva-vidas.** Com este tema, conclamar toda sociedade para entrar na luta em defesa dos direitos das mulheres a uma vida livre de todas as formas de violência, o que contribuiu para dar visibilidade à luta, divulgar a Lei Maria da Penha e ampliar o número de mulheres a denunciar os agressores, além de dialogar e elaborar estratégias conjunta com o poder público.

Todas essas ações têm contribuído significativamente para o acesso das mulheres aos seus direitos, apesar dos gargalos encontrados para garantia da participação cidadã destas. O ano de 2015 foi desafiador do ponto de vista político, econômico e cultural o que, direta e indiretamente respingou na vida das mulheres, ameaçando seus direitos duramente conquistados. Mas as lideranças femininas das organizações de mulheres e mista da região Semiárida da Bahia, tem se mantido firmes e combativas, pois é através do exercício da cidadania que avançamos e podemos garantir, não somos mais as mesmas. Mas ainda existem muitas mulheres que precisam da nossa militância nas ruas e nos espaços cotidianamente para que os direitos humanos das mulheres não sejam violados nem negligenciados. Alargando as fileiras da justiça e solidariedade com mulheres de todos os cantos, vamos continuar em marcha até que todas sejamos livres!

2. - Programa de Comunicação

Participação cidadã e construção do Sertão Justo

Dialogando com a missão institucional do MOC, o Programa de Comunicação tem como objetivo ter a entidade reconhecida nas esferas municipal, regional, estadual e nacional como referência nas suas temáticas de atuação, a partir das experiências de convivência com o Semiárido valorizando os sujeitos locais e ampliando o direito à comunicação.

Na prática, a valorização desses sujeitos acontece desde o pensar a notícia até a sua veiculação, perpassando principalmente pela forma de abordagem, escutas dos sujeitos, valorização de suas histórias dando-lhe voz e vez e essencialmente a sua contribuição na construção de um sertão justo. Diferente dos demais programas, o PCOM acentua sua ação no campo da comunicação institucional e da democratização da comunicação. Em ambos os eixos, os sujeitos da ação exercem dupla função, ora como pauta, ora como produtores de conhecimento, mas sempre no lugar de protagonistas que, como cidadãos e cidadãs contribuem na construção de um sertão justo.

Concretamente, as ações desenvolvidas pelo PCOM em 2015 estimularam a participação qualificada do seu público prioritário em diversos espaços de incidência política, destacando as conferências de Juventude Rural, Mulheres e Crianças e Adolescentes. A intervenção dos sujeitos nestes espaços resultou na elaboração de propostas que refletirão em mudanças concretas no seu município e/ou comunidades. A concretização dessas propostas poderá ser acompanhada e monitorada por este público através da atuação dos mesmos nos Conselhos Municipais e/ou Territoriais, espaços ocupados pelos sujeitos locais de direitos e por representantes do Programa de Comunicação.

Incentivar para que seu público compreenda a comunicação como uma estratégia de mobilização e controle social das políticas tem sido um desafio constante na sua atuação. A concretização do envolvimento desses sujeitos na busca de um sertão justo, aconteceu em 2015 através da mobilização e visibilidade em torno da Campanha “**Quebre o Silêncio: Sua atitude Salva Vidas**” veiculada em diversos meios de comunicação, que pautou os mais variados tipos de violência contra a mulher, incentivando a sua aderência de forma constante. Uma ação direta aconteceu na formação de comunicadores/as comunitários/as que atuam nas emissoras comunitárias e veículos alternativos de diversos municípios dos Territórios do Sisal, Bacia do Jacuípe e Portal do Sertão.

Outra linha de ação que potencializa a participação dos sujeitos locais na construção de um sertão justo é a Educomunicação. De forma concreta, ao elaborarem as peças de comunicação os/as educadores/as do campo, as crianças e os adolescentes atuam como protagonistas da sua própria história, conhecendo e participando de todas as fases nos processos de produção midiática. Com isso, lhes é assegurado o direito de disseminar a imagem de um Semiárido vivo e rico em diversidade cultural, fortalecendo a sua identidade.

É inegável que a valorização dos sujeitos perpassa todos os eixos de ação do Programa de Comunicação. Pois o PCOM reconhece a importância das experiências e das particularidades de cada um, desde a sua contribuição na construção de um sertão justo, inseridos em espaços estratégicos de incidência política e mobilização da comunidade, até a forma de divulgação dos resultados alcançados na base, seguindo uma linha editorial que valoriza e evidencia as vozes destes sujeitos.

3. – Programa de Fortalecimento de Empreendimentos Economicos Solidário (PFEES)

Participação cidadã e construção do Sertão Justo.

No ano de 2015, as Redes (Arco Sertão Bahia e Rede de Produtoras da Bahia) representantes dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) filiados, intensificaram suas ações juntos com outras organizações da sociedade civil e gestores públicos para construção, implementação e acesso às políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regional e fortalecimento da economia solidária e da agricultura familiar, bem como monitoramento e avaliação do mesmo. Essa perspectiva tem se intensificado através do próprio crescimento de iniciativas da economia solidária e seus bons resultados apontados na 3ª. Conferência Nacional de Economia Solidária realizada em novembro/2014.

Nesta construção do Sertão Justo, as Redes (Arco Sertão Central e COOPEREDE) e os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) intensificaram suas ações na ocupação dos espaços estratégicos de construção e implementação das políticas públicas de Economia Solidária e da Agricultura Familiar, tais como: participação de conferências de Mulheres e Assistência Técnica e Extensão Rural, como também em outros espaços de



incidências políticas, que merecem ser destacados: A Arco Sertão integra a Coordenação do Fórum Estadual e Nacional de Economia Solidária, o Conselho Estadual e Nacional de Economia Solidária, participa dos CODES Sisal, CODES Bacia do Jacuípe, Comitê Estadual do Programa de Aquisição de Alimentos(PAA) e do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE). Já a COOPERREDE por sua vez, faz parte do Comitê Gestor Ampliado do Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais, participa do Fórum Estadual de Economia Solidária, do Conselho Estadual de Economia Solidaria, do Fórum de Mulheres da Região Semiárida, do CODES Sisal, do Comitê Estadual de Organização Produtiva das Mulheres Rurais e do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos das Mulheres. No âmbito municipal os empreendimentos econômicos solidários (EES) filiados as Redes, vem participando com pouca incidência nos conselhos Municipais da Alimentação Escolar e de Assistência Social. Há que se destacar a presença dentro dos municípios através da participação efetiva em Conselhos, tanto de Assistência Social, como o Conselho Municipal da Alimentação Escolar. Essa participação dá-se através de representantes filiados nas diversas Redes citadas. Essa participação política é de fundamental importância para que esses agricultores familiares assim, como os empreendedores solidários possam demarcar seus interesses em detrimento da longa e excludente participação dos empresários da alimentação. A Lei 11.947/2009 foi um importante marco para essa luta. A garantia de compra mínima de 30% por parte do poder público através dos recursos do PNAE e uma forma de garantia, que já foi uma luta através dessa organização política dos/as agricultores/as através das entidades representativas, que fazem parte essas REDES.

As Redes (Arco Sertão Central e COOPERREDE) e os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) filiados, vem incidindo politicamente na construção, implementação e controle social nos programas e políticas públicas implementada na região e nos municípios. Deste modo, a convergência de ações e estratégias entre sociedade civil e poder público têm potenciado o desenvolvimento de iniciativas solidárias.

O processo de construção conjunta das ações do Governo da Bahia na elaboração do Plano Estadual de Economia Solidária a partir da 3ª. Conferência Nacional de Economia Solidária, revela um caminho virtuoso, onde as ações foram construídas em diálogo e articulação permanente com as experiências concretas desenvolvidas pelas redes, empreendimentos econômicos solidários e gestores públicos.

Este caminho, nem sempre entendido como o mais fácil ou o mais rápido, é sem sombra de dúvidas o mais efetivo e eficiente para a construção de políticas adequadas às demandas e por isso deve ser perseverado e fortalecida a participação dos/das cidadãos e cidadãs.

4. – Programa de Educação

O MOC incentivando a participação cidadã e construção do Sertão Justo

As ações de Educação em 2015 buscaram incentivar a participação cidadã, especialmente pela metodologia utilizada nas ações, que estimula o



pensar, construir propostas e participar dos espaços. Como ano de conferências de direitos da criança e adolescente e outras setoriais, as crianças, adolescentes, educadoras e educadores participaram desde a organização das Conferências nos municípios, até as territoriais e estadual.

Os encontros, seminários, oficinas e intercâmbios que realizamos, foram sempre marcados pela metodologia de inserir fortemente a participação cidadã das pessoas envolvidas, desde gestores/as, coordenadoras/es, professoras/es, crianças e adolescentes. Os trabalhos em grupos para pensar os problemas, depois analisar e buscar soluções que façam acreditar que é possível construir um sertão justo, com equidade, com participação, com direitos.

Os momentos de construção e de devoluções das fichas pedagógicas incentivam a participação cidadã das famílias para construção de um sertão mais justo, na medida em que a escola pesquisa os problemas da comunidade, analisa e busca soluções com envolvimento das famílias e da sociedade civil organizada, que organizam pautas e reivindicam melhorias para comunidades, buscando a construção de um sertão mais justo.

Por outro lado, nas formações com a sociedade civil, o MOC incentiva a participação cidadã nos fóruns, redes e espaços de proposição de políticas. A sociedade civil participou das construções dos Planos Municipais, das Conferências, das Fichas Pedagógicas, das devoluções do projeto CAT e formações com as coordenações municipais.

Enfim, todas as ações do Programa de Educação do Campo Contextualizada do MOC, a partir da metodologia da educação popular, buscou sempre primar pela efetiva participação das pessoas, com seus saberes vivências, juntando com outros, pois acreditamos que é possível sim construir um Semiárido mais justo, no qual a educação é fundamental no desenvolvimento das pessoas, e, portanto, no desenvolvimento sustentável e integral do Sertão.

5. – Programa de Água, Produção de Alimentos e Agroecologia (PAPPA)

O PAPPA e sua inserção política na construção do sertão justo.

Construir, concretamente, melhoria na vida das pessoas, gerando para elas autonomia e cidadania, não se faz apenas executando projetos, por melhor que sejam os projetos e sua execução. Os projetos são muito pequenos para enfrentar o mar de injustiças construído no Brasil há mais de quinhentos anos. É necessário e estratégico entrar na construção e execução de políticas públicas, quer sejam elas setoriais, nacionais, universais etc.

Por esta razão, o MOC e o PAPPA assumem para si esta perspectiva de interferir nas políticas de água e de agroecologia, em todos os níveis de sua execução.

Como se dá isso?

Inicialmente, sabemos que toda política participativa e efetivamente social, começa na realidade das comunidades, onde se reflete a realidade e seus problemas, se descobre estradas palmilhadas para solucionar-las, se busca sistematizar e aprofundar estes caminhos. Os técnicos/as do PAPPA a todo instante fazem isso nas comunidades que acompanham. São as formiguinhas que nas comunidades, instigam as famílias e grupos na estrada das políticas públicas.

Este material, assim construído, no caminhar do MOC, tem um conteúdo forte: Construção de um Sertão Justo.

Passo seguinte é fazer com que o anúncio de uma vida nova a partir das comunidades possa ecoar nos Conselhos Municipais, nas Comissões Municipais, nos debates sobre políticas, nas reivindicações e outras esferas. Também aqui o Programa atua com desenvoltura, interferindo para que a realidade injusta se modifique para melhor e isso esteja exarado nas políticas municipais.

Passo difícil, pois se trata de construir e debater políticas a partir da vida e das necessidades, quando as comunidades necessitam de coisas bem concretas e na maioria das vezes imediatamente. A luta do imediatismo versus a construção da política se mostra bem dura, cruel e por vezes insana. Mas vamos dando nossos passos.

Na sequência, mas por vezes concomitantemente, se trabalha passos mais audaciosos que são aqueles de interferir em instancias regionais, inter-regionais, estaduais e ate nacionais.

Foram e são essas interferências que construíram as marcas fortes, embora insuficientes, da política de convivência com o semiárido, da assistência técnica universalizada e embrionariamente agroecológica, da política de venda da produção, da política de captação e distribuição eminentemente democrática de



água, especialmente para as populações esparsas no semiárido e de outras políticas que tem tornado o Sertão, um Sertão mais justo. A exemplo citamos o PAA(Programa de Aquisição de Alimentos) o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar, O Bolsa estiagem, o Bolsa Família, o Seguro Safra.

Se todas estas expressões de políticas se concretizaram e concretizam na vida das pessoas em nossa região, deve-se ao PAPPA e sua interferência que eles tenham aportado aqui, que as pessoas tenham sido inscritas nos mesmos, que se tenham agilizado manifestações públicas para que eles se efetivassem e chegassem em tempo.

Fazer política e interferir no rumo das mesmas é refletir o mundo em que se vive e seus problemas, é fazer que nossos sonhos e propostas se materializem nas leis e nos orçamentos, pois daí vêm os recursos necessários à efetivação das ações; é buscar captar recursos orçamentários, de modo público e transparente, executar bem estas ações e assim se inserir num movimento mais amplo e plural de mudança da realidade.

Dois exemplos podem nos fazer ver esta caminhada no PAPPA:

1. O processo de captação e armazenamento da água no semiárido.

Armazenar a água no semiárido e fazê-lo em recipientes fechados ou que evitem a evaporação é algo essencial e estratégico para a convivência com o semiárido e construção do Sertão Justo, na perspectiva de uma distribuição democrática e não concentrada da água.

A ASA – Articulação Semiárido Brasileiro – descobriu esta linha de política e busca implementá-la em todo o semiárido.

Dai a existência, em cerca de 15 anos, de um milhão e duzentas mil famílias beneficiadas com cisternas de consumo humano para uso familiar e cerca de 200 mil com implementos de água para produção.

A ASA, no entanto, não é a estrutura da AP1MC em Recife. A ASA são as entidades que a formam, que batalham no dia a dia por captação de recursos e sua boa implementação, que se somam e fazem manifestações monumentais como as vezes em que se fechou a Ponte Juazeiro Petrolina reivindicando agilidade nos contratos e mais disponibilização de recursos. Nestas ocasiões, estratégicas de demonstração de força e coesão, a o MOC e o PAPPA estiveram presentes, ajudando os Sindicatos e Organizações de Base a motivar e coordenar o pessoal que daqui saiu e se dirigiu em manifestações inéditas ate Juazeiro e Petrolina e lá se manifestaram conjuntamente com todo o semiárido.

Outra política fundamental para o Sertão Justo é aquela da assistência técnica. Ela se materializa em convênios e contratos com o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) e para esta finalidade o PAPPA se uniu a Confederações, Sindicatos, Movimentos de Mulheres e outros grupos, na pressão ao Ministério para a boa execução destes contratos de políticas.



Finalmente uma outra expressão a nível Estadual que é a construção da política de assistência técnica, que tem uma boa perspectiva de se tornar gradativamente agroecológica.

O PAPPÁ se insere neste caminhar na medida em que atua no Fórum Estadual da Agricultura Familiar na Bahia e, através deste Fórum, interfere nas políticas de assistência técnica.

Muitos exemplos poderiam ser dados e analisados.

Mister se faz, no entanto, neste pequeno texto, remarcar que a modificação da realidade para melhor, para torna-la mais justa e as pessoas mais felizes, se faz na construção das políticas.

E isso o PAPPÁ tem feito, nos seus limites, no seu dia a dia, com resultados interessantes e que tornam a realidade mais justa e diferente.

IV - CONCLUSÃO

Concluimos o relatório de 2015, onde socializamos nossos caminhos no referido ano, com seus resultados, desafios e perspectivas. Muito nos orgulha o que conseguimos construir de resistência, de perspectivas de Sertão Justo, agroecologia e convivência com o Semiárido durante este ano. Com certeza, fizemos muito. Mas, muito resta a construir. Sabemos, também, que este relato está eivado de lacunas e falhas, porque é difícil relatar tudo nas circunstâncias do acontecido. Elas são, no entanto, também resultados das fragilidades de homens e mulheres que somos.

Nesta conclusão queremos, no entanto, aprofundar nosso olhar sobre a questão da Participação Social e Construção do Sertão Justo, tema de nosso relatório neste ano de 2015.

Após a leitura das ações e estratégias dos programas e dos textos temáticos aqui exarados, o leitor poderá concluir algumas perspectivas que avaliamos fundamental chamar a atenção como estratégicas e construtoras de políticas para um Sertão Justo.

Vamos tematizá-las a seguir, sem querer, com isso, ter a verdade ao nosso lado, pois sabemos ser a verdade uma busca constante e nunca posse de pessoas, grupos, comunidades e coletividades.

Nossa reflexão passa, assim, pelos seguintes elementos, presentes nos relatos e nos textos temáticos:

1. Essencial para a interferência política e construção do Sertão Justo é fazer bem, com qualidade, afeto e bons resultados o que está em nosso alcance nos nossos planejamentos.

Assim, as equipes do MOC se empenharam – claro está nos relatos – em operar com qualidade as ações e estratégias que lhe estavam confiadas.

Isso porque de posse de ações alternativas e alterativas com bons impactos e resultados, os agricultores/as, grupos e organizações podem comparar o que fizeram e seus resultados, com os impactos das ações que costumeiramente são dirigidas ao Sertão e Semiárido na carcomida política de combate à seca. Saltam aos olhos, assim, que as políticas de combate à seca não servem para a vida do Semiárido.

Deste modo, os resultados positivos das ações fornecem aos agricultores, não apenas resultados positivos que modificam para melhor suas vidas, como elementos de referência e fundamentação para a construção das políticas.

Deste modo, as reivindicações e propostas aos governos saem das experiências que se tornam referências dos agricultores e agricultoras, professores/professoras e outros, a partir de suas práticas refletidas.



Os projetos, assim são essenciais e deles saem e se projetam políticas.

2. Políticas não se constroem apenas nas comunidades e sim também nos espaços de construção pública e participativa das mesmas.

A mudança da sociedade e da realidade não se pode operar apenas em projetos e ações que se realizam e permanecem no nível comunitário, por mais importantes e significativos que ele seja.

Assim é que se incentiva a que os agricultores/as mulheres, professores/as e atores se insiram nos Conselhos e Comissões Municipais, Grupos de Trabalho de Construção de Políticas e, quando possível a nível estadual e até mesmo nacional. Para que? Para que possam analisar e verificar como se opera a concretização das políticas propostas e, ao mesmo tempo, possam propor substituições ao que se faz, propostas de políticas novas e mais condizentes com o nosso projeto que busca construir um mundo mais justo.

No nosso relatório se nota com nitidez a ocupação de espaços em conselhos e comissões municipais e regionais, em conselhos e comissões estaduais e a luta por ocupar espaços igualmente nas comissões e conselhos federais.

Os/as agricultores/as acompanhados pelo MOC e os técnicos e técnicas do MOC, deste modo, ocupam firmemente estes espaços e fazem deles instrumentos de construção e de análise de políticas.

3. Políticas se constroem nas reivindicações, manifestações, explicitações públicas de nossas propostas.

O relatório do MOC evidencia também que as políticas de Semiárido e de Sertão Justo não se constroem com ações isoladas de entidades e/ou de grupos delas. Efetivamente as políticas de Sertão Justo que queremos construir se situam como contraponto aos processos que o sistema capitalista quer implantar e fazer. Não queremos combate à seca e sim convivência com o Semiárido, o que significa sair do assistencialismo para a autonomia. Não queremos carro pipa e sim captação e armazenamento adequado de água. Não queremos assistência técnica de qualquer modo, mas aquela de caráter agroecológico; queremos economia solidária e espaço para que as mulheres sejam sujeitos de sua história e de seu destino. Ser contraponto, então, implica em manifestar-se publicamente reivindicando o que queremos e tornar público o nosso projeto.

Por isso as manifestações de rua, os atos públicos e outras ações similares tiveram lugar específico na estratégia de ação do MOC em 2015. Várias foram as manifestações regionais, municipais, estaduais e nacionais em que o MOC participou ou ajudou a mobilizar. Enumerá-las seria cansativo.

Elas têm e tiveram o papel de animar e alimentar as pessoas e grupos, porque se encontram pessoas e grupos que possuem a mesma perspectiva de construção, elas tiveram e têm o papel preponderante de dizer ao Brasil e ao



Governo que somos cidadãos e cidadãs, o que pensamos e que queremos e temos o direito de ser ouvidos.

Muitas seriam as nuances que poderíamos extrair de nosso relatório, no sentido de mostrar e refletir que toda nossa ação e todas as atividades, se bem que se dirigem à concretização das ações previstas e programadas, são igualmente uma luta constante para que possamos construir, conjuntamente, políticas públicas condizentes com a convivência com o Semiárido, com a agroecologia e com dias melhores para agricultores e agricultoras da região.

Desejamos que a leitura deste relatório desperte em nós força e vontade para continuar na luta, construir políticas de Sertão Justo e reacenda a esperança de que é possível mudar a sociedade.



ANEXO I
DIRETORIA E CORPO TÉCNICO

ANEXO II

PARCEIROS NO CAMINHO TRILHADO

Durante seu trajeto de construção do semiárido digno de seus filhos e um sertão justo, o MOC tem contado com inúmeras colaborações, tanto a nível de pessoas quanto a nível de Instituições, locais, regionais, inter-regionais e nacionais e muitas delas, igualmente, de nível internacional.

São voluntários que trabalhavam conosco, deixando a comodidade de suas famílias e de sua terra natal e vindo aqui abraçar a causa da justiça. São entidades privadas e da cooperação internacional que financiam nossas propostas de trabalho e que conosco refletem caminhos, trilhas, rumos, perspectivas, numa dimensão de respeito mutuo e construção comum. São organismos internacionais. São Governos Federal, Estadual e mesmo Municipais que se abriram a conosco construir a politica por um sertão justo e um semiárido onde se partilhe a vida e não a morte.

Listamos os nomes a seguir, num pleito de justiça e agradecimento, pedindo perdão caso alguém não tenha sido mencionado.

Somos humanos e incorporamos falhas e erros. Mas queremos corrigi-los.

Entidades diretamente ligadas ao trabalho do dia a dia.

Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Movimentos Nacional, Estadual e locais de Mulheres, Grupos variados de Produção, Cooperativas da Agricultura Familiar, Associações as mais variadas desde as mais simples existentes nas comunidades até as mais complexas e estratégicas na interferência na politica, Cooperativas de Credito e Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar, Assentamentos da Reforma Agrária, Grupos de Jovens, Jovens Comunicadores, Grupos de Professores, Associações de Professores Rurais, Professores do CAT e do Baú de Leitura. Nestes espaços nossa homenagem às lideranças que conosco atuam nesta causa, sem as quais nada o MOC poderia construir.

Entidades da Cooperação Internacional

Entidades	Origem
Crossing Border	Austria
ICEP	Austria
Terre des Hommes	Suissa e França
KNH	(ver a nacionalidade)
UNESCO	Orgão da ONU

ACTION AID	Brasil /Europa
KINDER MISSIONS WERK	Alemanha
Familia Sommer	Doações pessoais de familiares – Alemanha
AVINA	Internacional, via ASA
CESE	Bahia

Entidades nacionais

Entidade	Origem
Fundação Banco do Brasil	Brasília
Governo do Estado da Bahia <ul style="list-style-type: none"> • Secretaria do Meio Ambiente • Secretaria da Agricultura • SEDES • SETRE 	Bahia
Governo Federal <ul style="list-style-type: none"> • Ministério do Desenvolvimento Agrário • Ministério do Trabalho e Emprego • Ministério do Desenvolvimento Social – Via ASA 	Brasília
BNB – Banco do Nordeste do Brasil	Ceará
ASA Brasil (AP1MC)	Recife
PETROBRAS	Rio de Janeiro
CEAPE Bahia	Feira de Santana
BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico	Ceará
COFASPI	Jacobina